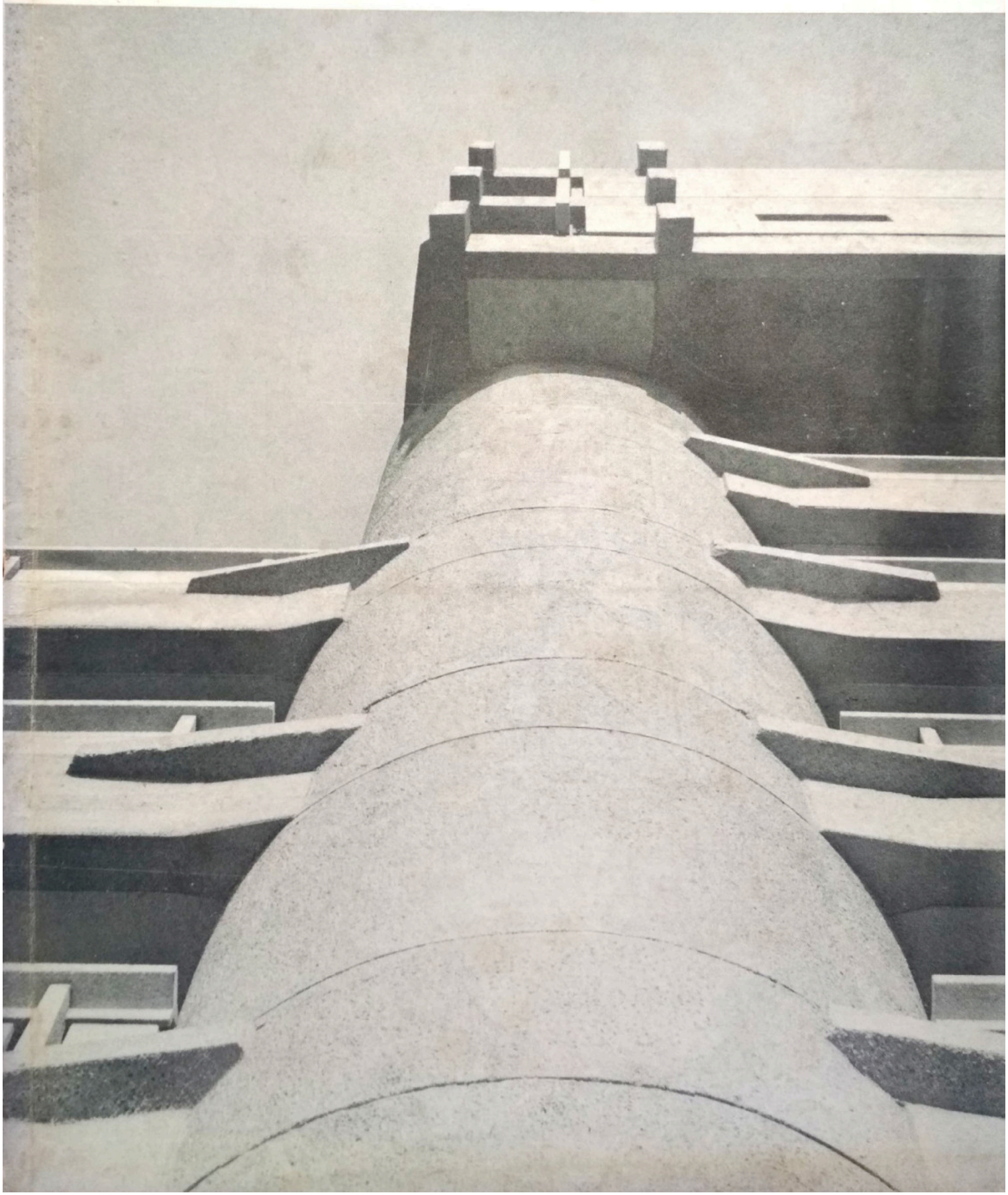
75
Setembro/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil





Próximo número: 76 • outubro/1968

O Palácio dos Arcos e
as Embaixadas de Brasília em

ARQUITETURA

Muita gente pensa que poste é coisa simples. Você também comete êste engano?



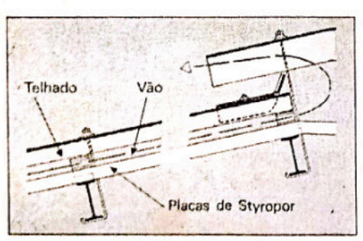
Projeto: CEPEC S. A. - Fabricantes: POSTES CAVAN S. A.

A fabricação dos postes de concreto que embelezam e iluminam o Parque do Flamengo impôs a solução de problemas complexos em engenharia.
Para diminuir a oscilação, e obter um melhor efeito de luz, seus fabricantes tiveram que pensar em postes muito mais rigidos, cujas especificações deveriam ser superiores às exigidas pelas normas brasileiras.
Outro fator importante foi o da resistência dos pontos de emenda das 3 seções, ligadas no próprio local, a qual permitiu o que alguns julgavam impossivel: levantar um poste de 49 m de comprimento - sem rachar.
Para isso, seus fabricantes procuraram empregar materiais da mais alta qualidade, entre êles o cimento portland Mauá. Não é a primeira vez que o cimento Mauá resolve problemas de grande responsabilidade. E nem será a última!

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND
RIO DE JANEIRO

GRANT-R





Constituida por milhões de micro-células de ar aprisionado, sòmente a espuma rígida de STYROPOR garante as extraordinárias caracteristicas destas placas, recomendadas ainda, para a cobertura de lajes. Coeficiente de condutibilidade térmica: 0,023 kcal/mh°C (I.P.T. nº 174.363). Extremamente leves, são fornecidas em vários pesos especificos, desde 13 a 25 k/m³. Possuem estabilidade têrmica até 85°C. Não absorvem umidade, não mancham, não envelhecem, não apodrecem nem criam môfo. Fáceis de serem aplicadas. Na própria obra podem ser cortadas, serradas ou fresadas.

STYROPOR®
Matéria prima produzida pela
IDRONGAL
Cia. de Produtos Químicos
Guaratinguetá - Est. de São Paulo
e distribuída pela
QUIMICOLOR
Cia. de Corantes e Produtos Químicos
São Paulo - Rio de Janeiro
Pôrto Alegre - Recife

Solicite mais informações sôbre as placas de STYROPOR e seus fabricantes à QUIMICOLOR - C. Postal 5187 - São Paulo

® - Marca Registrada.

● **Engenheiro, Goiás**

Venho por meio desta, solicitar me seja concedida uma assinatura da revista ARQUITETURA publicada por Vv. Ss.
Sendo engenheiro, diplomado pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, julgo de grande importância manter-me informado com o que se passa na arquitetura.

José Carlos Sampaio C. Meirelles
Rua 84 n.º 209 setor sul.
Goiânia — GO
Atendido

● **Arquiteta deseja receber ARQUITETURA**

Estado interessada na publicação da revista ARQUITETURA solicito providenciar sua remessa para o meu endereço.
Grata pelas anotações queiram registrar a assinatura e informar-me a quanto monta a fim de providenciar o pagamento.

Maria Helena Brotas
Rua do Riachuelo, 208 — GB

Em atenção a sua solicitação de 17 de junho último, esclarecemos que a revista ARQUITETURA é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos associados do Instituto de Arquitetos do Brasil. Caso a colega resida no Rio, seria oportuno entrar em contato com o Departamento da Guanabara do IAB.
Comunique-nos qualquer providência tomada a fim de não haver atraso na remessa inicial de nossa revista.

● **Arquiteto da Nicaragua quer manter vínculo**

No mês de março visitei a redação para pedir assinatura da revista ARQUITETURA e naquela data me disseram que ela me seria enviada, mas até hoje não recebi nenhum número.
Como expliquei na ocasião, sou arquiteto formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, tendo cursado à Escola como aluno de convênio, o que me impossibilita o exercício da profissão no Brasil, e querendo manter o contato com o movimento arquitetônico e das artes brasileiras, gostaria que a minha solicitação fôsse atendida.

Carlos Jose Quant Wong
Calle Central, 18
Boaco — Nicaragua

Atendido

● **ABM congratula-se com ARQUITETURA**

Damos em nosso poder mais um exemplar da revista ARQUITETURA referente ao mês de março do corrente ano.
Ao agradecer a V. Sa. a gentileza da atenção, vimos apresentar nesta oportunidade, as nossas congratulações pela contextura dos trabalhos apresentados na referida revista.
Os nossos cumprimentos se estendem também a tôda equipe de colaboradores de ARQUITETURA.

Osmar Cunha
Presidente da Associação Brasileira de Municípios
Av. Almirante Barroso, 2 - 3.º and. — GB

● **Aluno da Faculdade de Arquitetura em Brasília**

Estando interessado em fazer assinatura da revista ARQUITETURA, que é para mim de grande utilidade pois sou aluno da Faculdade de Arquitetura em Brasília, solicito aos senhores a gentileza de enviar-me informações de como ser assinante da revista citada.

Humberto de Campos
QSB — 06 — lote 17
Taguatinga — DF

Atendido

● **Projeto Pampus**

Com grande prazer recebi os exemplares da revista ARQUITETURA onde vem publicado o projeto dos arquitetos Van der Broek e Bakema para ampliação de Amsterdam, segundo anunciou em sua carta de 20 de junho.
Como sempre, ARQUITETURA valorizou extraordinàriamente os textos pela excelente apresentação, em elevado nível gráfico.

K. R. Jonker
Secretário Cultural e de Imprensa
Embaixada Real dos Países Baixos
Rua Sorocaba, 570
Rio — GB

● **Estudante de engenharia**

Estando prestes a concluir o curso de Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sabendo que V. Sas. enviam aos profissionais exemplares de sua tão conceituada revista, gostaria de ser incluído entre êstes.

Pedro Fossati de Abreu
Rua D. Eugênia, 614, apto. 13
Pôrto Alegre — RS

Atendido

● **Arquiteto de São Paulo**

Abaixo assinado Dr. Erno Deak, engenheiro-arquiteto, diretor da firma de arquitetura e construções Deak & Filho Ltda., São Paulo, solicito de me inscrever entre os membros do IAB e de me entregar normalmente ARQUITETURA, excelente revista do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Erno Deak
Rua Maria Paula, 122, sala 1808
São Paulo — SP

Em atenção de sua carta de 10 do presente, informamos que os arquitetos residentes em São Paulo deverão se associar ao Departamento da São Paulo do IAB.
A distribuição da revista ARQUITETURA aos associados de todo Estado de São Paulo é realizada por êsse Departamento do IAB, que mantém seu próprio cadastro.
Sendo assim, solicitamos ao colega que se dirija diretamente ao IInstituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo, rua Bento Freitas, 306.

● **Arquiteto na SUDENE**

Como arquiteto, sócio do IAB-PE, venho solicitar que se sejam enviados regularmente os números da revista ARQUITETURA, pois infelizmente tive os mesmos suspensos a partir do número 54.

Carlos Arturo Silva Jr.
Divisão de Habitação da SUDENE
Rua 7 de setembro, 162
Recife — PE

Atendido

● **Oficina Tecnica de Arquitetura**

Esta Oficina es la responsable del diseño de los edificios de enseñanza media en Uruguay, estando sumamente interesados em vuestra revista ARQUITETURA, por lo cual solicitamos se nos incluya en la lista de distribución regular de la misma

Oficina Tecnica de Arquitetura de Enseñanza Secundaria
Cabo Polonio, 2107
Montevideo — Uruguay

Atendido

Quem Especifica?

o arquiteto

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos. Será que êles conhecem o seu material?

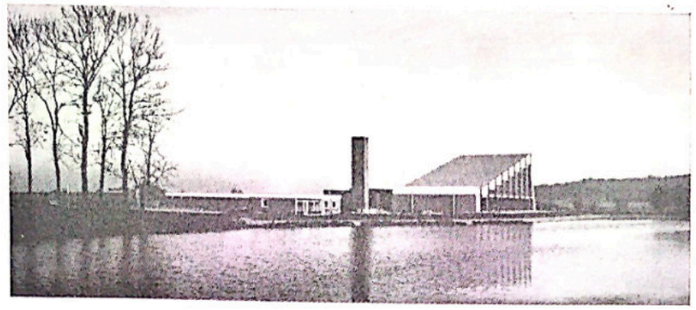
A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de

ARQUITETURA

A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

LAMBRIS
LOUÇA SANITÁRIA
TIJOLOS
TACOS
PARQUETS
PLÁSTICOS
MÁRMORES
LUMINÁRIAS
AQUECEDORES
FOGÕES
PINTURAS
GRANITOS
FERRAGENS
CERÂMICAS
MÓVEIS
ESQUADRIAS
ALUMÍNIO
FERRO
MADEIRAS
VERNIZES
ÓLEOS
TECIDOS
TELHAS
CIMENTO
IMPERMEABILIZANTES
VIDROS
MATERIAL ELÉTRICO
ELEVADORES
MONTA CARGAS
EXTINTORES
ISOLANTES
TÉRMICAS
AZULEJOS
ESCADAS ROLANTES
FUNDAÇÕES
CHAPAS CORRUGADAS
CANOS
FÔRMAS

Banhos internos e externos em Salzgitter — Thiede



O Conselho de Desportos da cidade de Salzgitter, na Alemanha, promoveu a elaboração de um Plano de um conjunto balneário para atender a três cidades. O trabalho foi realizado pelo arquiteto de Hannover, Heiz Goesmann. A foto mostra o primeiro dêstes balneários concluídos em 1966, em Thiede, uma localidade com cêrca de 15.000 habitantes. O balneário se situa numa área privilegiada, com uma piscina interna de 10 x 25m e outra, ao ar livre, de 1.400m². Localiza-se num terreno de 30.000m² de jardins e bosques. Além da piscina, lago, áreas verdes, foram construídas campos de esporte e playground, com caixas de areias e tanques. A piscina de água quente, no interior do prédio, é para ser utilizada principalmente no inverno. Junto a ela se encontram vestiários, duchas, pequeno ambulatório de emergência, bar e a administração. Para a piscina externa também existem instalações inclusive vestiários para estudantes independentes da outra piscina. A obra se compõe bàsicamente em dois corpos: um se destina aos banhos de inverno e a outras aos de verão. Ambos são constituídos de estrutura metálica e quase totalmente de elementos pré-fabricados.

Embratur adota tabela do IAB

A diretoria da Emprêsa Brasileira de Turismo-EMBRATUR, resolveu adotar a tabela de honorários do Instituto de Arquitetos do Brasil na avaliação do custo de elaboração dos projetos de empreendimentos turísticos. A medida é da maior relevância uma vez que vem em apoio a disposição da legislação profissional em vigor proibindo submeter a concorrência de preço os trabalhos caracterizados como projetos (Art. 83 da Lei 5.194 de 24 de dezembro de 1966). É o seguinte o texto da Resolução n.º 51 de 31 de julho de 1968 da EMBRATUR dispondo "sôbre o critério da avaliação do custo de elaboração dos projetos de empreendimentos turísticos, sob aspecto físico." A diretoria da Emprêsa Brasileira de Turismo — EMBRATUR — no uso de suas atribuições conferidas pela resolução n.º 33 do Congresso Nacional de Turismo e considerando o que consta no processo n.º EBT-2334/68 resolve: Art. 1.º — O custo da elaboração dos projetos de empreendimentos turísticos, sob aspecto físico (úrbanismo, arquitetura e engenharia civil), com especificações e orçamentos retalhados, será avaliado de acôrdo com os valôres constantes da tabela oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil. Art. 2º — Em caso de divergências decorrentes da interpretação da tabela em vigor do Instituto de Arquitetos do Brasil, essa entidade será convidada a manifestar-se sôbre o assunto, fixando a EMBRATUR em seguida o valor máximo do projeto, comparável no custo global do empreendimento."

Homenagem a Bandeira

A Galeria Bonino apresentou, em agôsto, uma exposição de trinta trabalhos do pintor Antônio Bandeira, falecido êste ano em Paris. Bandeira, nascido no Ceará, mudou-se ainda jovem para o Rio e mais tarde para Paris, onde se fixou definitivamente. Integrado no ambiente parisiense, conheceu Walls, cuja influência foi decisiva na sua adesão ao abstracionismo. Mas Bandeira soube guardar as qualidades originais de sua arte, especialmente o lirismo das côres e das linhas que caracterizavam sua pintura. Apresentada por Eneida, a exposição se constituiu de obras cedidas por colecionadores particulares.



Já saiu o N.º 18



da revista civilização brasileira

PRÁXIS, RAZÃO E HISTÓRIA
Adolfo Sánchez Vazquez

LIBERDADE E AGRESSÃO NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA
Herbert Marcuse

GEOGRAFIA E ESTRUTURA DA INDÚSTRIA CONTEMPORÂNEA
Ignácio Rangel

A POLÍTICA DOS EUA E O CAFÉ SOLÚVEL
William G. Tyler

AMÉRICA LATINA ENTRE O TRÁGICO E A REVOLUÇÃO
Conrado Detrez

FONTES - ROTEIRO DE HENRY MILLER
Roberto Pontual

À venda nas livrarias
NCr$ 4,00

Convênio com o CENDEC

O Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos do Brasil assinou convênio com o Centro de Treinamento e Pesquisa para Desenvolvimento Econômico — CENDEC, órgão do Ministério do Planejamento e coordenação geral visando a realização de custos, encontros e seminários sôbre temas ligados ao planejamento físico, regional e urbano. O convênio firmado pelo economista Og. Francisco Leme, diretor do CENDEC e pelo arquiteto Maurício Nogueira Batista, em 23 de julho de 1968 tem o seguinte texto: 1 — O CENDEC concede ao IAB, para a realização de cursos de treinamento e informação sôbre temas relativos ao desenvolvimento nacional, as suas instalações e auditório necessários à realização dêsses cursos. 2 — A concessão dêstes elementos, por parte do CENDEC, está condicionada a uma consulta prévia do IAB para compatibilização de seu programa com as atividades pelo CENDEC. 3 — Durante a utilização pelo IAB das instalações concedidas pelo CENDEC, será de inteira responsabilidade do primeiro a manutenção e perfeita ordem destas instalações. 4 — Os cursos realizados pelo IAB nas dependências do CENDEC deverão apresentar sempre o nome das duas entidades como promotoras, podendo outras entidades ou mesmo o próprio IAB patrocinar êsses cursos. 5 — O IAB se responsabilizará pela parte administrativa dos cursos bem como de sua organização, podendo entretanto solicitar nesta parte, a colaboração do CENDEC, através de seu carpo técnico específico. 6 — Ao IAB caberá, sempre que solicitado, divulgar os programas do CENDEC, suas atividades, trabalhos e projetos, em seu órgão de divulgação denominado ARQUITETURA — Revista Mensal de distribuição gratuita entre os arquitetos e demais profissionais e estudantes interessados em problemas de arquitetura, planejamento urbano, construção e assuntos correlatos. 7 — O CENDEC poderá solicitar ao IAB a colaboração para a realização de Encontros, Seminários e Cursos para o debate ou exposição de temas científicos, artísticos e técnicos referentes ao planejamento físico, urbano e regional, para o desenvolvimento da cultura nacional. 8 — O CENDEC poderá convocar a classe dos arquitetos, associados do IAB, para a participação de pesquisas para a melhoria das condições sócio-econômicas do Brasil. 9 — O CENDEC manterá o IAB informado sôbre as suas atividades e, se fôr o caso, lhe enviará as proposições de cooperação e intercâmbio entre estas duas entidades. 10 — O IAB apresentará ao CENDEC uma solicitação para participação em todos os seus eventos culturais para a maior integração entre as entidades. 11 — O CENDEC participará, anualmente, da premiação instituída pelo IAB, concedendo um prêmio cujo valor será determinado três meses antes da realização desta premiação, para a melhor trabalho no campo do planejamento físico para o desenvolvimento urbano e regional. 12 — Para fins da cláusula anterior, o CENDEC designará um representante para acompanhar a organização da premiação e especificar as condições para a concessão do prêmio específico. 13 — O presente convênio poderá ser rescindido, em qualquer caso, pelo não cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, ou, pelo aviso prévio, por qualquer delas, com prazo não inferior a 90 (noventa) dias, mantendo-se entretanto as obrigações em andamento já estabelecidas nesta data. 14 — Os casos omissos serão decididos pelas diretorias do CENDEC e IAB, podendo-se acrescentar, modificar e extrair cláusulas do presente convênio mediante simples aditamento. 15 — O presente convênio vigorará da data de sua assinatura até 31-12-69.

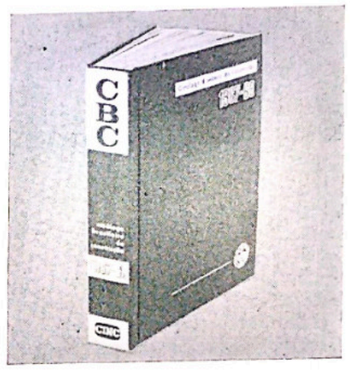
Curso internacional de Planejamento e Construção

O govêrno dos Países Baixos oferece bôlsas de estudos integrais e brasileiros notas que preencham as qualificações exigidas pela diretoria de Bouwcentrum, de Roterdã para o Curso Internacional de Planejamento e Construção em 1969. O curso tem início com a Parte Introdutória para todos os principais, constituída de aulas sôbre o Bouwcentrum, o planejamento físico na Holanda, o Ciclo de Desenvolvimento e execuções. Os estudantes são então divididos em quatro especializações: 1) Planejamento: a) Planejamento urbano; b) Planejamento de tráfego. 2) Desenho. 3) Produção. 4) Política habitacional e administração. Cada programa especializado começa com a Parte Teórica em aulas exercícios e excursões (cêrca de 5 semanas). Vem então a Parte Prática constante de exercícios, projetos, excursões e aulas sôbre assuntos de interêsse geral (cêrca de 10 semanas) a Parte Final do curso (3 semanas) consiste em uma excursão ao estrangeiro, conferências, exame oral e finalmente a sessão de encerramento. O curso tem a duração total de 20 semanas.

Serão dois os cursos a se realizarem em 1969, o 13.º com início a 8 de janeiro e o 14.º, a 30 de julho. Serão conferidos diplomas aos participantes que se aprovarem. Os participantes que não obtiverem aprovação receberão apenas um certificado de participação. Os cursos se destinam a pós-graduação de urbanistas, arquitetos e engenheiros e utiliza o idioma inglês. As inscrições devem ser feitas quatro meses antes do curso ter início. Maiores informações na Seção Cultural e de Imprensa da Embaixada Real dos Países Baixos, à Rua Sorocaba 570, Caixa Postal 861, telefone 46-4050 Ramal 07, Rio de Janeiro, GB.

Introdução ao planejamento

O Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária (CENCRA) promoveu um curso sôbre planejamento onde êste tema foi abordado de maneira ampla e enfocados todos os aspectos econômicos, sociais e físicos e os escalões nacional, regional e local a êle relativos. O curso dado na Fundação Getúlio Vargas, teve como coordenador o engenheiro urbanista Stelio Alencar Roxo.



Catálogo Brasileiro da Construção

Já foi lançada a 7.ª edição do Catálogo Brasileiro da Construção, com mais de 500 páginas de informações técnicas exclusivamente sôbre construção. O Catálogo está dividido em três partes, sendo que na primeira encontra-se além dos índices gerais de participantes e dos produtos anunciados, a nova Diretoria do Instituto de Arquitetos do Brasil, e as Diretorias dos IABs regionais, a regulamentação para concursos de arquitetura e a tabela de pagamentos de direitos autorais com exemplos de sua aplicação conforme aprovação do IAB. O IAB é quem supervisiona e orienta a publicação do CBC. A segunda parte apresenta as Leis e Regulamentos do BNH, que estão divididos em 5 tópicos. Entre os muitos assuntos apresentados, salientamos os seguintes: a constituição do Plano Nacional da Habitação e do BNH, as Leis e Regulamentos das Letras Imobiliárias, do Financiamento de Construções, dos Iniciadores e das Cohabs e Associações, do Mercado de Hipotecas e do Material de Construção Civil. A terceira parte é constituída dos folhetos técnicos de mais de 100 emprêsas. A distribuição racional dêsses folhetos em seções, dá ao profissional uma visão panorâmica dos recursos disponíveis do mercado. As seções são as seguintes: Equipamentos de Escritório; Equipamento da Obra; Fundações e Estruturas; Alvenaria e Coberturas; Revestimentos de Paredes, Pisos e Forros; Esquadrias, Ferragens, Vidraçaria; Instalações Elétricas, Hidráulicas e Sanitárias; Equipamentos para Banheiro e Cozinha; Transporte Vertical e Instalações Especiais; Decoração de Interiores e Exteriores. As seções são subdivididas em vários itens para melhor e mais fácil localização dos produtos procurados.

Palestras sôbre desenvolvimento urbano

Por iniciativa do SERFHAU estêve no Brasil, em junho último, o professor John Friedman, que últimamente vem se dedicando ao estudo dos problemas de desenvolvimento Urbano, na assessoria de Desenvelvimento Urbano e Regional no Chile.

Durante sua estada o prof. John Friedman visitou o Rio de Janeiro e São Paulo, onde abordou temas como: avaliação e análise crítica dos programas de desenvolvimento urbano na América Latina; estratégia nacional de desenvolvimento urbano, urbanização e desenvolvimento; viabilidade dos governos metropolitanos na América Latina e outros.

ARQUITETURA pretende publicar, em breve, alguns dos textos das palestras proferidas pelo prof. John Friedman em sua última estada no Brasil. O prof. Friedman estêve anteriormente no Brasil, como membro da "United State Operations Mission to Brazil" e estêve na Universidade da Bahia, onde foram publicados alguns de seus trabalhos, e dentre os quais podem ser destacados: "População e mão-de-obra na Bahia", em colaboração com José Leal; "Aspectos locacionais do desenvolvimento econômico" (Livraria Progresso Editôra). De sua autoria, foi editado pela Fundação Getúlio Vargas na coleção Cadernos de Administração Pública, "Introdução ao Planejamento Regional — com especial referência a região amazônica".

Thales Memória no CENPHA

O arquiteto Thales Memória, IAB-GB, foi nomeado superintendente do CENPHA (Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais) órgão que integra o **campus** da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e constituído por convênio do qual participam o Banco Nacional da Habitação (BNH) o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e a PUC.

Niemeyer, Prêmio Juarez

O arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer foi distinguido com o Prêmio Juarez, do Govêrno do México, outorgado às personalidades latino- americanas que mais se distinguiram no campo da realização artística, dos méritos cívicos e da pesquisa científica. A propósito dessa distinção, a revista mexicana IPN do Instituto Politécnico Nacional dedica seu artigo de abertura Oscar Niemeyer, para traçar-lhe o perfil biográfico e artístico. O estudo crítico, assinado por Antonio Rodriguez, detém-se especialmente nas obras de Niemeyer para Brasília.

Pesquisa urbana internacional

Mais de cem peritos representando 26 países e várias organizações internacionais estiveram reunidos recentemente em Estocolmo sob os auspícios da Comissão de Habitação, Construção e Planejamento da UNESCO, para discutir problemas de urbanização e planejamento regional, com os quais se debate a maioria das Nações. Ficou estabelecido que todos os países deviam polarizar os seus recursos e criar um departamento de promoção em Genebra, para coordenar os esforços comuns. O representante da União Soviética apresentou um método para dimensionar e organizar centros de serviços de vários tamanhos, enquanto o sr. Hazelhoff, da Holanda, expôs o novo plano de como será o seu país no ano 2000. O prof. Rapkin, dos Estados Unidos fêz referências à maneira como o contato entre os homens depende do planejamento urbano. A França enviou uma exposição a respeito do que devem incluir os núcleos centrais das novas cidades, com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, além de um relatório sôbre os esforços que estão sendo feitos para limitar o crescimento de Paris.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO

EDITAL

O SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO (SERFHAU), comunica aos escritórios e pessoas físicas interessadas em se cadastrarem nesta Autarquia, a nova tabela de preços, vigorante a partir desta data:

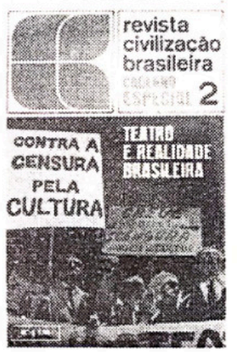
Taxa de inscrição (Escritórios)	NCr$	70,00
Taxa de inscrição (Individual)	NCr$	20,00
FORMULÁRIOS:		
Formulário de CADASTRO DE ESCRITÓRIO (1 jógo)	NCr$	8,00
Formulário de CADASTRO INDIVIDUAL (Para pessoas físicas isoladas)	NCr$	2,00
Formulário de CADASTRO INDIVIDUAL (Para pessoas físicas isoladas)	NCr$	1,00
Fôlha avulsa suplementar (ESCRITÓRIO ou INDIVIDUAL)	NCr$	0,50
PUBLICAÇÕES		
Manual de Financiamento	NCr$	8,00
Areas Metropolitanas e Desenvolvimento Integrado no Brasil	NCr$	3,00

Em 26/7/68

HARRY JAMES COLE

Superintendente

Já saiu
Teatro e Realidade Brasileira



caderno especial da revista civilização brasileira

•

Artigos de:
Anatol Rosenfeld
Augusto Boal
Dias Gomes
Luiz C. Maciel
Nelson W. Sodré
Oduvaldo Vianna F.º

•

Depoimentos de:
Cacilda Becker
Ferreira Gullar
Flávio Rangel
José Celso
Paulo Autran

•

Documentário Completo da Luta CONTRA A CENSURA

•

A venda nas livrarias
NCr$ 5,00

Painéis fotográficos para decorações exposições, feiras



- Prêto e Branco
- Coloridos a óleo
- Processo Foto-Fórmica

Raul Brandão

Stúdio:

Av. Delfim Moreira, 1188 - ap. 102

Telefone 27-4470

Habitat espontâneo

Em palestra realizada no Rio de Janeiro, promovida pelo SERFHAU, o geógrafo Pierre George, professor da Sorbonne e autoridade mundial em geografia urbana, abordou o tema do habitat espontâneo, designação genérica dada aos grupamentos subnormais de moradia que entre nós recebem o nome de favelas, invasões, mocambos, malocas, alagados, flutuantes.

Acentuando a complexidade e a universalidade do problema nos países em desenvolvimento, o geógrafo francês afirmou que está inclinado a acreditar que a solução mais apropriada para os problemas gerados pelo habitat espontâneo, estaria no desenvolvimento da comunidade na própria área em que está se localizando, isto é, a ação impròpriamente chamada de urbanização das favelas, se bem que isto implique em "medidas jurídicas e legislativas excepcionais e difíceis de serem aplicadas pois se chocam com os interêsses dos especuladores de imóveis e com falsas interpretações do direito de propriedade. Pierre George localizou a origem das favelas no campo, afirmando que uma das medidas capazes de deter a formação de novos grupamentos favelados seria a criação de emprêgos no campo o que implicaria na melhoria das condições de vida no campo. Na cidade se encontra a causa e não a origem do problema. Deixando-se o homem rural entregue a sua própria sorte o fluxo das migrações continuará a alimentar novas favelas nas cidades.

Discutindo as alternativas frente às favelas existentes o professor Pierre George analizou duas das soluções mais comuns e que consistem em alojar as populações faveladas em edifícios multifamiliares dentro do perímetro urbano ou localizá-las em unidades unifamiliares (habitação pavilionar, como a chamam os francêses) na periferia urbana onde os terrenos são de ordinário mais baratos. A primeira solução, na opinião do professor Pierre George, acarreta um problema cultural: o da adaptação do homem a um tipo de moradia que lhe é estranho — o apartamento. Enquanto que a segunda, a criação de novos núcleos urbanos periféricos, constituídos por casas unifamiliares poderá implicar na constituição de guetos, um fator de discriminação social que à distância social e econômica entre as camadas ricas da população que habitam a parte institucional da cidade e as pobres que moram em subúrbios afastados, acrescenta o afastamento especial.

Na localização periférica dos habitantes de favelas, o prof. Pierre George distingue dois aspectos: quando o país se encontra em fase de estagnação econômica, o núcleo implantado tende a se constituir em alguma coisa isolada e bem abaixo do padrão do restante da cidade: no entanto, se a situação geral é de desenvolvimento êste núcleo poderá se transformar numa pequena cidade, com características próprias e de nível semelhante à primeira.

O geógrafo francês que é membro da Comissão Nacional de Planejamento Territorial da França ligou sempre suas palavras às experiências habitacionais dos países africanos e sul-americanos que, em sua opinião, se aproximam mais da situação brasileira. Citou a êsse respeito programas da Tunísia onde as moradias são vendidas com uma entrada inicial equivalente ao valor de três a cinco salários mínimos e mensalidades que variam entre 15 e 18% dêste mesmo salário durante um prazo de 10 anos.

Outra solução apresentada por Pierre George como muito boa, foi a utilizada por arquitetos na África, ao deixarem as casas "em osso", isto é, sem revestimento, dando aos ocupantes a oportunidade de concluí-las a seu gôsto, evitar o deprimente conjunto de casas absolutamente iguais. Segundo Pierre George esta solução atende às necessidades da padronização, através da qual se busca o barateamento da construção das casas e ao mesmo tempo dá aos moradores casas mais "Humanas".

SERFHAU financia planos locais integrados

O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) órgão do Ministério do Interios, do qual está afeta a coordenação da política nacional de planejamento local integrado, mantém um fundo para financiamento de planos locais integrados — o FIPLAN. Com recursos do FIPLAN foram contratados planos para os seguintes municípios:

Feira de Santana, Bahia, primeiro financiamento de plano local integrado concedido pelo SERFHAU. O plano já concluído, estêve a cargo de uma equipe de planejamento de Salvador, a COPLAN, e seu custo foi de NCr$ 357.127,00.

Campo Grande, Mato Grosso, financiamento para plano preliminar, contratado com firma de São Paulo, — HIDROSERVICE — no valor de NCr$ 37.767,49.

Goiânia, Goiás, financiamento para plano preliminar, contratado com a SERETE, de São Paulo, no valor de NCr$ 40.000,00.

Santos, financiamento do estudo de viabilidade para a implantação de um distrito industrial, no qual intervem a PRODESAN e o GPI, no valor de NCr$ .... 184.257,50.

Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, estudo preliminar e plano local integrado, contratado com a equipe CBE, de Belo Horizonte, no valor de NCr$ 178.950,00.

Os valôres registrados representam a parte financiada pelo SERFHAU, que corresponde a 80% do custo orçado.

Convênios do IAB com a CAV e a SAC

O Instituto de Arquitetos do Brasil assinou, em julho dêste ano, convênios com o Colegio de Arquitectos de Venezuela e com a Sociedad de Arquitectos de Colombia visando o intercâmbio de experiências e idéias e a solução de problemas comuns. Os convênios foram firmados pelo arquiteto Eduardo Kneese de Melo, como Delegado Extraordinário e Plenipotenciário do IAB e pelos arquitetos Luis Alberto Villegas Moreno, presidente da SAC, e Carlos Guinand Baldós, presidente do CAV. Os convênios têm redação idêntica e seu texto é o seguinte:

1. Manter e promover vínculos, permuta. experiências e divulgar a obra dos arquitetos de ambos os países;
2. Estudar meios para estabelecer contatos periódicos com o fim de debater os problemas comuns da profissão e da formação do arquiteto, tendo em conta o objetivo fundamental de sua participação necessária no desenvolvimento de nossos países;
3. Promover o intercâmbio de profissionais, professôres, alunos e conferencistas, bem como o intercâmbio de publicações e outros meios de difusão especializados;
4. Estudar programas conjuntos em defesa de seus interêsses comuns para realizações comuns, nos organismos internacionais aos quais estão filiados, representando o pensamento técnico- cultural dos profissionais de nossos países.
5. Levar nossos pensamento comum, na forma mais ampla e humana indistintamente a todos os arquitetos do mundo, tendo como objetivos o bem-estar e a promoção do homem e a felicidade de nossos povos.

Nôvo dicionário técnico português-inglês

Acaba de sair o "Dicionário de Economia, Finanças, Sociologia, Comércio e Relações Sindicais' de autoria do nosso tradutor, John Knox. Editado pela Livraria Freitas Bastos, esta primeira parte, português-inglês, será seguida em poucos meses por outra, inglês-português, aumentada e aperfeiçoada, notadamente pelo acréscimo de definições e dados complementares sôbre as teoria econômicas e as organizações internacionais. Além dos verbetes de interêsse geral para qualquer dirigente de emprêsa que mantenha relações comerciais com os países de língua inglêsa, contém êste livro informações técnicas, estatísticas e jurídicas valiosas para o arquiteto e o urbanista. Têrmos que oferecem dificuldade de compreensão são definidos nos dois idiomas, permitindo aprofundar o conhecimento do assunto por correlação semântica. Os apêndices, aliás publicados em separata, oferecem: 1) normas para a divisão silábica das palavras em inglês; 2) tabelas de conversão de pêsos e medidas, oficiais e do uso popular, com fatôres e logaritmos correspondentes, assim como a formulação matemática por extenso e abreviada; e 3) uma parte geográfica-financeira, relacionando os países por ordem alfabética e indicando sua localização e a moeda usada (padrão e divisionária), com a paridade em dólares, respeitando em cada caso o critério bilingüe.

Problema habitacional na Holanda

Entre 1945 e 1967 cêrca de 1.560.000 casas e apartamentos foram construídos, equivalentes a 74 % do total disponível em 1945. Até 31 de dezembro de 1967, o aumento líquido do número de edificações da construção, a necessidade de alojamento excede o total das moradias disponíveis em muitas zonas dos Países Baixos; ao fim de dezembro de 1967 havia uma carência de perto de 55.000 moradias sobretudo em áreas mais densamente povoadas. A falta de habitações é um fenômeno de após-guerra, causado primeiramente pela destruição de cêrca de 90.000 moradias durante o conflito, e pelas dificuldades na construção durante os primeiros anos que se lhe seguiram. Embora o ritmo da construção tenha aumentado constantemente, a carência pôde ser reduzida apenas lentamente, devido ao explosivo crescimento na demanda de casas, motivado pelo aumento brusco da população, maior prosperidade e poder aquisitivo, e o fato de que parte da produção de moradias se destinava à substituição de velhas casas a que faltavam os requisitos essenciais de confôrto.

De acôrdo com cálculos recentes, a média atual de crescimento do número de famílias buscando residência, no período 1965-69, está avaliado em 64.000; para 1970-80 a demanda será provàvelmente de 72.000 habitações. Em 1967 foram construídas 127.400 casas e apartamentos. O plano habitacional holandês visa atingir 125.000 unidades anuais, com o que se acredita solucionar o problema da falta de habitações em todo o país. Uma vez alcançada esta meta, as casas mais velhas começarão a ser substituídas por novas, um projeto que até agora tem sido considerado irrealizável. Cêrca de 53% de todos os novos edifícios erigidos entre 1952 e 1967 eram casas e apartamentos.

Noticiário do CREA

Congresso do CONFEA

Realizou-se entre 24 e 30 de julho passado, no Rio, o Congresso de Conselheiros Federais e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Foi o último dêstes Congressos nesta Cidade, uma vez que o CONFEA — Conselho Federal, será deslocado para Brasília onde passarão a ser realizados tais encontros. A delegação estêve representada pelo seu presidente, arquiteto Mauro Ribeiro Viegas, assessorado por diversos conselheiros, tendo se destacado pelo elevado número de contribuições e proposições na oportunidade. Os trabalhos se desenvolveram através de quatro comissões assim denominadas: Ética e atribuições profissionais; Fiscalização, Finanças e padronização do funcionamento dos CREAS; Assuntos especiais. Uma das contribuições mais significativas foi apresentada pelo arquiteto Germano Galler do CREA da 12.ª Região — Brasília, relativa ao item 16 do temário "Direito de Autoria". Recomenda o trabalho que o CONFEA precise adequadamente os artigos 17 a 23 da lei n.º 5.194 visando a proteção da propriedade artística do projeto elaborado pelo arquiteto. A primeira comissão, encarregada do estudo dessa matéria, recomendou em seu relatório o integral apoio a tudo que contém o trabalho apresentado. Na segunda comissão constituída, destacamos a recomendação ao CONFEA de regulamentar o registro facultativo de autoria de planos e projetos, aproveitando as sugestões apresentadas no Congresso. Destina-se êsse registro a assegurar ao profissional o direito de propriedade de sua concepção e do trabalho elaborado. Entre as recomendações da terceira comissão, foram apresentadas as formas de procedimento para interposição de recursos ao CONFEA pelos profissionais multados pelos CREAS. Finalmente, na quarta comissão, foram recomendadas, entre outras, sugestões para a reforma universitária, em elaboração. Entre estas, a criação da Universidades Tecnológicas onde deverão ser formados engenheiros, arquitetos e outros técnicos. Igualmente se recomendou a ampliação dos cursos de pós-graduação, extensão universitária e de atualização profissional, tornando-os disponíveis a todos os profissionais interessados.

CREA patrocina ciclo de conferências

O CREA da 5.ª Região está patrocinando o I Ciclo de Conferências sôbre problemas de sub-habitação em áreas metropolitanas' promovido pelo IAB-GB. Estas conferências visam reunir as experiências de profissionais de distinta formação, neste assunto de grande evidência na atualidade. Destina-se principalmente aos engenheiros, arquitetos e agrônomos atuantes na Guanabara e interessados na matéria. O ciclo de conferências se realiza no auditório do CENDEC, do Ministério do Planejamento, situado à rua São José, n.º 90, 13.º andar. Esta experiência permitirá uma maior integração entre os diversos profissionais, o estabelecimento de uma linguagem técnica comum, bem como possibilitará esboçar as possibilidades de atuação neste campo habitacional.

28 agôsto 1968 (entrega dos trabalhos) Juàzeiro, BA	Concurso para o estudo preliminar de um hotel de turismo em Juazeiro, Bahia.	Premios: 1.º NCr$ 5.000,00 2.º NCr$ 3.000,00 3.º NCr$ 2.000,00 4.º NCr$ 1.000,00 5.º NCr$ 500,00 Secretaria de Assuntos Regionais e Urbanos, Departamento de Turismo do Govêrno do Estado da Bahia. Informoções nos departamentos estaduais do IAB.
20 setembro 1968 (entrega dos trabalhos) Rio de Janeiro, GB	Concurso Nacional de Anteprojetos para a Nova Penitenciária do Estado da Guanabara.	Prêmios: 1.º NCr$ 14.000,00 2.º NCr$ 6.000,00 3.º NCr$ 4.000,00 IAB-GB, Av. Rio Branco, 277 grupo 1301.
30 setembro 1968 (entrega dos trabalhos) São Paulo, SP	Concurso Nacional de Anteprojetos para a Nova Sede da Secretaria de Agricultura de São Paulo	Prêmios: 1.º NCr$ 30.000,00 2.º NCr$ 16.000,00 3.º NCr$ 9.000,00 4.º NCr$ 5 000,00 5.º NCr$ 4 000,00 IAB-SP Rua Bento Freitas, 306, São Paulo-SP
30 setembro 1968 (entrega dos trabalhos) Milão, Itália	Concurso de idéias para nôvo mobiliário destinado à infância. Promoção e organização da revista ABITARE com a colaboração do Centro Baby Mark.	ABITARE/CONCORSO BAMBINI, 3, via Giuseppe Sachi 20121, Milano — Itália
1 novembro 1968 (inscrições) Viena, Áustria	Concurso Internacional para a Sede das Organizações Internacionais (OIEA, UNIDO e Centro de Congressos Internacionais de Viena)	ZIVILTECHNIKERTEAM Amtssitz Internationaler Organizationem Arch. Appel Fleicher Lintl Schwanzer 1010 Wien, Marc Aurelstrasse 2a/30 Austria.
30 novembro 1968 Rio-GB	VI Premiação Anual IAB-GB	IAB-GB, Av. Rio Branco, 277 grupo 1301 Rio-GB
31 dezembro 1968 Tunis, Tunisia	Concurso Internacional para o Centro de Televisão em Tunis	Prêmios: 10.000 dinares 5.000 dinares 2.5000 dinares (1 dinar — NCr$ 7,20) Secrétariat d'Etar aux Travaux publics et à l'habitat de Tunisie
30 março 1969 (entrega dos trabalhos) Sofia, Bulgária	Concurso Internacional para um monumento a Khan Asparoun	Prêmios: 1.º 25.000 levas 2.º 12.000 levas 3.º 5.000 levas União dos Artistas Búlgaros 37, Moskovska St. Sofia-Bulgária Embaixada da Bulgária, Rua Carlos Goes, 64 — Rio

21-29 setembro 1968 Belo Horizonte, Minas Gerais	"Exercício Profissional e Desenvolvimento Urbano". VII Congresso Brasileiro de Arquitetos:	IAB-MG Av. Amazonas, 491 — s/412 Belo Horizonte — MG
21-29 setembro 1968 Belo Horizonte, MG	I Bienal do IAB	IAB-MG Av.Amazonas, 491 — sala 412 Belo Horizonte — MG
3-8 outubro 1968 Nancy, França	II Salão Internacional do Equipamento Urbano.	Salon International de l'equipement urbain 54, Nancy OI, boite postale 593 France
7-16 outubro 1968 Ottawa, Canadá Washington, USA	Conseil International du Bâtiment pour la Recherche, l'Etude et la Documentation. IV Congresso Internacional: "A construção no mundo em 1968".	IV Congrès International du CIB Conseil National de Recherche du Canadá Ottawa, Canadá
17-24 outubro 1968 Zacatemo, México	Encontro de jovens arquitetos por ocasião dos Jogos Olímpicos na Cidade do México.	Comité organizador de los Juegos de la XIX Olimpiade, a/c Ruth Rivera — 170 avenida de las Fuentes, Mexico 20 D. F. México
20-25 outubro 1968 Lima, Peru	VII Congresso Interamericano de Planificação — SIAP. "América no ano 2000".	Carabaya, 515, oficina 600, casilla 6125 Lima, Peru
21-23 outubro 1968 Budapest, Hungria	II Conferência de Arquitetura Industrial	Section of Scientific Society for building Szabadsag ter. 17 III Tchnka Haza Budapest V, Hungria.
novembro 1968 Rio de Janeiro, GB	Seminário brasileiro (de âmbito internacional) para formulação de política sôbre áreas metropolitanas e seu papel nos países em desenvolvimento.	SERPHAU — M. I. Av. Presidente Wilson, 164, 7.º andar, Rio — GB.
8-14 dezembro 1968 Cidade do México México	2.º Colóquio sôbre Museus. "A arquitetura dos Museus: os problemas de acesso e circulação".	Museu Nacional de Antropologia, a/c Mário Vazquez, bosque de Chapultepec, México, 5, D. F. México
18-26 janeiro 1968 Caracas, Venezuela	II Congresso Interamericano de Vivienda	Govêrno da República de Venezuela. Secretaria Geral Apartado postal 982, Edifício Cruz Verde Caracas-Venezuela
9-15 outubro 1969 Buenos Aires Argentina	X Congresso da União Internacional de Arquitetos: "A arquitetura como fator social".	Union Internationale des Architectes 4, Impasse d'Antin Paris VIII, France
15 mar. 13 set. 1970 Osaka, Japão	Expo 70	

Editorial

Contado, sòmente, ninguém acreditaria. Mas é verdade. Aconteceu no Rio de Janeiro, capital cultural do país, em pleno ano de 1968, envolvendo uma obra arquitetônica tombada e a Reitoria da Universidade do Estado da Guanabara.

Existe em São Cristóvão um palácio, construído por Pezèrat entre 1824 e 1827. onde uma das nossas mais célebres marquêsas — a de Santos — morou algum tempo. O valor histórico do solar é reforçado por ter servido também, por muitos anos, de casa ao Visconde de Mauá.

O bairro, com o passar do tempo, transformou-se. Deixou de ser o local preferido pela nobreza e aos poucos o casarão entrou em decadência, agravada pela invasão paulatina da vizinhança por fábricas e outros estabelecimentos industriais. Edifício e ambiência degradaram-se.

Há alguns anos atrás os órgãos oficiais encarregados da preservação do patrimonio Histórico e Artístico iniciaram a restauração do palácio, pensando em nêle instalar um museu.

O trabalho de restauração entregue a competentes profissionais resultou em obra séria e feita com bastante critério. Tanto assim que foi destacada na IV Premiação anual do Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento da Guanabara, 1966 quando seus autores foram distinguidos com uma mensão honrosa.

Recentemente o Govêrno do Estado da Guanabara — que inscreveu a obra em seus livros de Tombo — resolveu, atendendo a uma solicitação da Universidade do Estado da Guanabara, ceder o palácio da Marquêsa de Santos para que ali se instalasse a reitoria da referida Universidade

A cessão, feita por convênio previa as condições de utilização de maneira a assegurar a preservação da obra arquitetônica de interêsse histórico e artístico.

Tudo certo até aí. Nenhuma destinação mais digna poderia ser dada à antiga casa do Visconde de Mauá. O antigo palácio poderia servir, convenientemente adaptado às nobres funções de obrigar a reitoria da Universidade do Estado. Não somos ortodoxos, em matéria de preservação ao ponto de não admitir à obra do passado outra função que a de museu. Os prédios antigos que chegaram até nós devem continuar vivendo de forma digna e honrada, sem dúvida — mas é preciso concordar que nem a condição de museu tem fôrças bastante para assegurar vitalidade a obra arquitetônica do passado. Instalar museus indiscriminadamente, além de inviável sob vários aspectos, inclusive o econômico, pode significar um mero e caro embalsamento.

A reitoria da Universidade, no entanto, não respondeu a antiga mansão e iniciou obras que, ao que se informa, comprometem sèriamente os custosos e recentes trabalhos de restauração e preservação. A denúncia de que para obras de instalação sanitária se havia danificado grande parte do trabalho de restauração, no pavimento superior, é das mais graves, principalmente por ser a acusada umo universidade. Apesar de já falar em morte da memória nacional, o fato, se verdadeiro, jamais poderia ser esperado de uma Universidade. Recusamo-nos a acreditar que dêle tenham tido conhecimento prévio o reitor e mais mestres e alunos.

75
Setembro/68

ARQUITETURA

Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil

Conselho de Redação: Augusto Silva Teles IAB-GB; Edgar Graeff IAB-DF; Henrique E. Mindlin IAB-GB; Icaro de Castro Mello IAB-SP; Jorge Machado Moreira IAB-GB; Jorge Wilheim IAB-SP; J. Vilanova Artigas IAB-SP; Marcos Konder Netto IAB-GB; Maurício Roberto IAB-GB; Oscar Niemeyer IAB-DF; Paulo Antunes Ribeiro IAB-GB, Paulo F. Santos IAB-GB; Sylvio Vasconcelos IAB-MG e Zuenir Carlos Ventura

Diretor Responsável: Maurício Nogueira Batista IAB-GB.
Diretor Secretário: Alfredo L. Britto IAB-GB.
Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos
Editor-chefe: Ferreira Gullar.
Diagramação: Sonia Regina Arueira de Meirelles
Conselho de Representantes: Alberto Xavier IAB-RS; Vital Maria Pessoa de Mello IAB-PE; Rosa Alba Sarno IAB-BA; Almir Fernandes IAB-PR; José Armando Farias IAB-CE; Geraldo Nogueira Batista IAB-DF; Reinaldo Calvo IAB-MG; Siegbert Zanettin. IAB-SP.

3 **Diálogo**

5 **Arquitctura hoje**

10 **Agenda**

12 **Editorial**

14 **Centro de Comunicações da região de Yamanashi**

18 **Patrimônio histórico e artístico nacional**

27 **Urbanização e desenvolvimento econômico na América Latina**

38 **A psique e a história**

40 **Legislação**

Capa

Fachada do Centro de Comunicações de Kofu, Yamanashi, Japão.

Arquiteto Kenzo Tange

Arquitetura: órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil.
n. 1 — ago./set., 1961
IAB, 1961
v. ilust. 31 cm. mensal.
De ago./set. 1961 — mar./abr. 1962, publicada sob o título IAB-Guanabara.
1. Arquitetura-Brasil-Periódicos. I. Instituto de Arquitetos do Brasil, Rio de Janeiro. CDD 720.5
Colaboradores: Alberto Vieira de Azevedo (IAB); Alex Nicolaeff (IAB); Claudius S. P. Ceccon (IAB) Fernando Abreu (IAB); Fortuna; Mozart Vitor-Sena (IAB); Peter José Schweizer (IAB); Leandro Tocantins, Luiz Miranda Correa. **Tradutores:** John e France Knox. **Bibliotecário** Osmany Chaves Lopes

Redação, Administração e Assinaturas: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277 — gr. 1.301 — Tel.: 22-1703 — Rio — GB.

Publicidade: SITRAL — Serviço de Imprensa, Televisão e Rádio Ltda. — Rio: Av. Beira Mar, 406 gr. 607 fone: 22-9204 — São Paulo: Rua Seminário, 199 2.º andar conj. 22 fone: 34-9853.

Composição e Impressão: Gráfica e Editôra Livro S.A.

Publicação distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, escritórios técnicos, firmas de decoração, mobiliário e equipamento para interior, galerias de arte, e firmas construtoras do Rio, São Paulo e demais Estados.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas: Preço do exemplar: NCr$ 2,50; número atrasado NCr$ 3,50; exterior US$ 1; assinatura: 1 ano NCr$ 25,00; exterior; US$ 10.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Centro de Comunicações da região de Yamanashi

arquiteto Paolo Riani

14 Paolo Riani, arquiteto italiano residente em Milão e professor da Faculdade de Arquitetura de Florença, passou algum tempo no Japão estudando as obras dos Arquitetos daquele país. O artigo de Riani, que publicamos neste número sôbre o Centro de Comunicação da região de Yamanashi, de Kenzo Tange, é a primeira de uma série de colaborações que enviará para ARQUITETURA.

As revistas Shinkenchika Kenkikubunka e The Japan Architect saíram quase que simultânamente com números dedicados a algumas das mais relevantes dentre as últimas proposições de Kenzo Tange: o plano para a cidade de Skoplie refeito e mais detalhado do que o que venceu o concurso internacional realizado em 1965; o projeto dos edifícios da Dentsu Advertising Company, concebidos como primeira fase da reestruturação do bairro de Tsukiji, em Tóquio, e estudados até as plantas de execução, mas que não chega am a ser realizados devido ao elevado custo de sua construção; finalmente, o Centro de Comunicações da região de Yamanashi, construído em Kofu em 1967.

Os três projetos, que se inserem na continuidade de uma pesquisa iniciada com o plano de Tóquio, em 1960, constituem uma tentativa posterior de um nôvo enfoque na solução dos problemas de um aglomerado urbano de alta densidade. "O fluxo das comunicccões é o que constitui a estrutura do espaço" escreve Tange na introdução da Shinkenchiku... "como fluxo de comunicações entende-se a mobilidade efetiva e a mobilidade não material...; o Espaço não pode ser definido em um contexto estático...; os canais das comunicações, em seus vários aspectos são os elementos fundamentais com os quais tentamos dar uma estrutura aos espaços urbanos e a edifícios grandes e complexos...".

O centro de Kofu contém as estruturas principais para a comunicação de massa da região: uma estação de rádio, a sede de um jornal, escritórios e uma área comercial que serve como elemento de conexão com o tecido da cidade.

A funcionalidade perfeita e a possibilidade de uma futura expansão orgânica de suas várias seções eram os requisitos fundamentais de conjunto a que Tange procurou atender numa nova ordem espacial estruturada justamente com base no fluxo de comunicações.

Procuraremos agora esquematizar o processo formativo lembrando-nos das limitações e aproximações inerentes a análise dêste tipo.

Os elementos de interrelação entre as unidades funcionais tomadas individualmente foram isolados e estudados separadamente, para depois serem reagrupados entre êles e localizados de modo a satisfazer simultâneamente às necessidades comuns às diversas partes. Como conseqüência, a organização distributiva geral é obtida no sentido vertical e inserida na malha tridimensional constituída pelas diversas combinações de "core" dispostas e controladas num sistema de movimento de pessoas, de materiais, de energia e de informações, cuja



1



2

localização particular determina depois a zona funcional interna de cada andar.

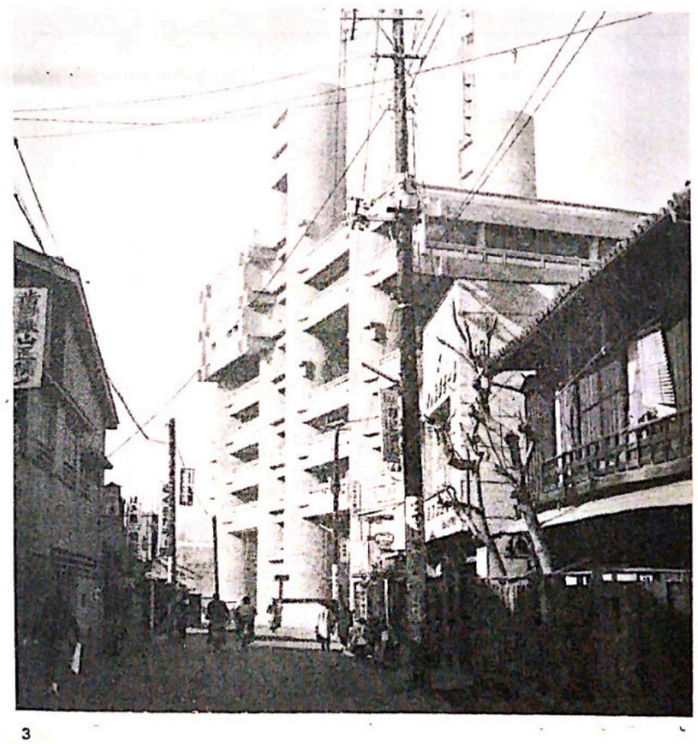
A localização usual dos elevadores, das escadas, das tubulações, dos dutos de energia foi reestudada, redimensionada e disposta dentro de dezesseis cilindros ôcos de cinco metros de diâmetro que constituem a estrutura portante fundamentol de tôda o edifício.

As distâncias máximas entre eixos são de dezessete metros e a ausência de pilares intermediários assegura uma completa flexibilidade dos compartimentos em forma de paralelepípedo que vão como pontes, de uma coluna à outra.

Uma expansão orgânica das diversas partes de acôrdo com um plano preestabelecido é garantida pela possibilidade de criar na area livre ao redor novos elementos "core" nos quais se poderá apoiar outros continentes.

O espaço aberto entre os vários andares constitui um sistema de praças para pedestres em diversos níveis que, além de separar visível e fisicamente as várias partes, torna possível, dentro de certos limites, uma posterior expansão também no sentido vertical.

O conjunto resultante, realizado com um claro domínio tecnológico torna imediatamente compreensivel a própria matriz geradora e os próprios conteúdos, e o resultado figurativo é de alta qualidade ainda



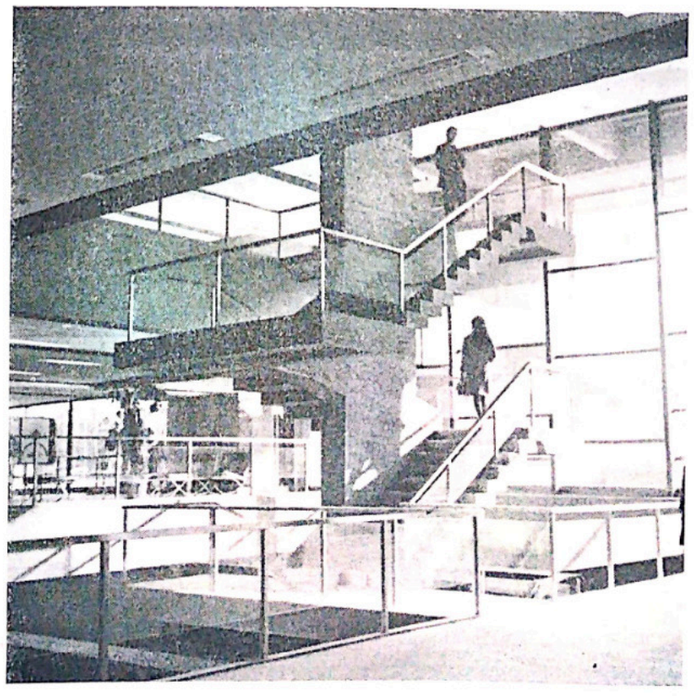
3

1 e 2 Edifícios para usos múltiplos em Kofu, na região de Yamanashi. Contém uma emissôra de televisão, a sede de um jornal, escritórios e uma grande loja de departamentos. Foi inaugurado em março de 1967.

3 Localizado num pequeno vale na zona que circunda o monte Fuji, o edifício emerge com um contraste não apenas de dimensões do tecido ainda tradicional do pequeno aglomerado urbano.



4

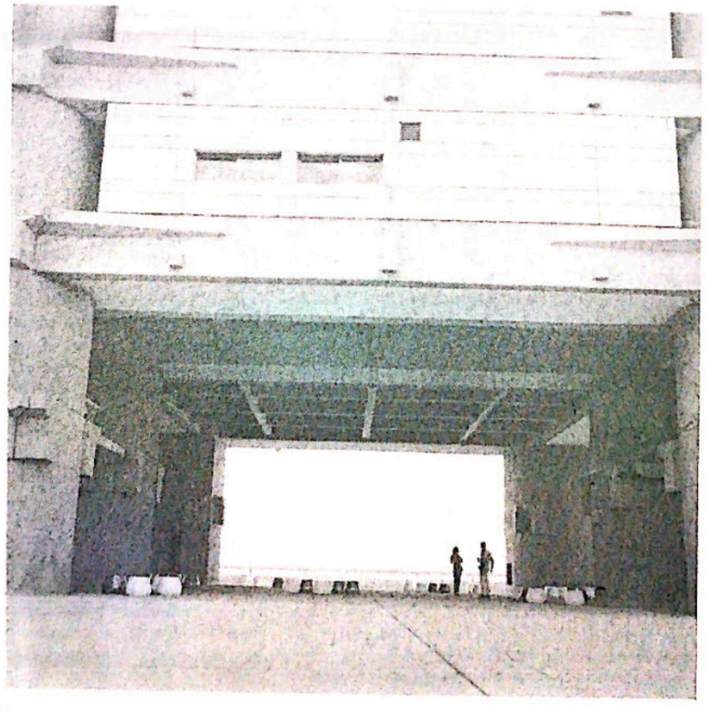


5

4. Detalhes. É evidente a imposição estrutural, realizada com claro domínio tecnológico.
5. Interior, área da loja de departamentos, concebida como elemento de ligação entre o edifício e a cidade.
6 e 7. O espaço livre entre os vários cilindros continentes se constituem num sistema de praças para pedestres em vários níveis, que separam visível e fisicamente as várias partes e tornam possível uma posterior expansão vertical.



6



7

que as dimensões reais do edifício, demasiadamente pequenas e limitadas, dão lugar, por vêzes, a espaços fora de escala e a imagens vagamente retóricas. O próprio Tange tem consciência disso: Êste é um exemplo de como uma infraestrutura espacial de comunicação opera num edifício isolado", escreve êle, sempre na revista Shinkenchiku: "Esta é uma proposta de arquitetura e de **urban desing.** É claro que há um problema de escala. A idéia não teria sentido num edifício pequeno e isto mesmo pode representar ponto crítico dimensional". Talvez estejamos além dêste ponto crítico, talvez a escala do edifício não seja adequada à sua intenção demonstrativa, mas a problemática que suscita, a possibilidade de verificação experimental que representa, constituem um estímulo muito poderoso. Sob êste aspecto o centro de Kofu pode ser considerado sem dúvida alguma como uma das mais interessantes proposições de todo o panorama atual da arquitetura contemporânea no Japão.

Mas esta é também a sua limitação. A possibilidade de dar forma concreta a um momento tão específico de sua própria pesquisa deve ter fascinado o arquiteto e a preocupação de criar espaços com a medida do homem, tão evidente em algumas de suas obras precedentes, passou aqui a um segundo plano.

Depois dos estádios olímpicos, depois da catedral, onde tôda a herança de uma altíssima tradição figurativa e as técnicas mais avançadas encontram uma síntese que desculpa qualquer formalismo, Tange desloca novamente a tônica das formas aos conteúdos e tenta abrir um diálogo a nível urbanístico. É o início de uma esperança para os arquitetos, empenhados até agora no plano cultural numa luta que envolve todo o sistema social e tecnológico, mas forçado, no plano operativo, a isolar-se em si mesmos a realizar edifícios sem possibilidades da relação com o caos de uma cidade abandonada ao próprio destino.

Também por isto o edifício de Kofu é importante num momento tão delicado na história dêste país no qual todos os valôres novamente colocados em discussão no interior de um processo de revisão ainda em ação em todos os campos da cultura. Algumas tentativas não são, portanto, refutadas **a priori** só porque comportam riscos.

(Tradução de Claudius S. P. Ceccon).

Patrimônio histórico e artístico nacional

Rodrigo Mello Franco de Andrade

Rodrigo Mello Franco de Andrade dedicou grande parte dos seus 70 anos, cumpridos em 17 de agôsto último, à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Os arquitetos cariocas reconhecendo a importância dêsse trabalho conferiram-lhe em 1965 o título de personalidade do ano. Hoje, ARQUITETURA presta-lhe uma singela homenagem, pela passagem de seu septuagésimo aniversário. Rodrigo Mello Franco de Andrade, nasceu em Belo Horizonte e bacharelou-se pela extinta Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Jornalista, foi redator-chefe da Revista Brasileira, R. Janeiro (2.ª fase, 926), e diretor de "O Jornal" Rio de Janeiro (1928/1930). R.M.F.A. foi diretor do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional desde a sua criação em 1936 até a data em que se aposentou no serviço público: 28 de fevereiro de 1967.

R.M.F.A. foi ainda presidente da Comissão Nacional de Belas Artes (1951-1967); sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; vogal correspondente da Academia de Belas Artes de Portugal; membro efetivo do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Museus (ICOM); doutor Honoris Causa **pelas universidades Federais de Pernambuco, Minas Gerais e da Bahia; Cavalheiro Oficial da Ordem do Mérito da República Italiana e da Ordem das Artes e das Letras da França; Sócio Benemérito do Instituto de Arquitetos do Brasil; membro do Conselho Federal de Cultura, onde preside a Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e membro do conselho consultivo da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.**

Dentre sua obra publicada merecem destaque: Velórios **(ficção);** Brasil, monumentos Históricos e Arqueológicos, **México, DF, 1952;** Rio Branco e Gastão da Cunha, **Ministério da Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1953,** Artistas Coloniais, **serviço de documentação, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1958. Além de artigos em periódicos e revistas especializadas, elaborou para** A Basic Manual on the Proversation of Material in the Tropics, **um trabalho intitulado** Conservação de um sítio urbano, **a convite de Harold J. Plenderleith, diretor do "Centro Internazionale di studi per la conservazione ed il restauro dei beni culturali", que foi publicado em 1965 pela UNESCO.**

Dentre os fatos da administração de Rodrigo Mello Franco como diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre 1936 e 1937, podem ser destacados:

— Elaboração do decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, baseado no anteprojeto de Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

— Movimento popular com objetivo de angariar donativos para a preservação do conjunto arquitetônico de Ouro Preto.

— Inventário, classificação e catalogação de obras e monumentos de valor, inscrevendo-se nos Livros do Tombo, até janeiro de 1967, em todo o território nacional, cêrca de 716 monumentos e obras, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos de cidades.

— Classificação, catalogação, restauração sistemática dos documentos dos Cartórios de Mariana, Sabará, Ouro Prêto e da antiga capitania de Goiás.

— Pesquisas, estudos, decifração e restauração de códices e manuscritos antigos dos arquivos eclesiásticos e civis de vários Estados, possibilitando o levantamento da vida e da obra de inúmeros artistas e artífices do período colonial, até então desconhecidos, que exerceram suas atividades no Brasil, dos quais se encontra uma elaboração uma pequena enciclopédia elucidativa, em vias de publicação.

— Providências para a elevação à categoria de monumento nacional, das cidades de Alcântara (Decreto n.º 26.077-A, de 22-12-948); de Mariana (Decreto-lei n.º 7.713, de 5-7-1945); e do município de Parati (Decreto n.º 58.077, de 24-3-66).

— Criação dos seguintes museus regionais, sob a dependência da DPHAN: do Diamante, em Diamantina, MG, (Lei n.º 2.200, de 12-4-1954); de Inconfidência, em Ouro Prêto, MG, (Decreto-lei 437, de 27-5-37); e das Missões de Santo Ângelo, R. S. (Decreto-lei n.º 2.077 de 8-3-1940; do Ouro, em Sabará, MG, (Decreto-lei n.º 7.483, de 23-4-1945), além de outros em organização, como a Casa de Vitor Meireles, em Florianópolis S. C. (Decreto-lei n.º 9.014, de 22-11-1946), Casa dos Ottoni, no Sêrro MG, Museu Histórico de S. João del Rei MG; Museu das Bandeiras, em Goiás; Museu de Imigração e Colonização, em Joinville, SC; Museu de Arqueologia e Artes Populares, em Paranaguá, PR.

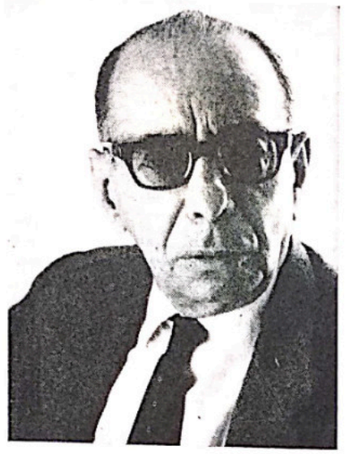
— Início do cadastramento de jazidas arqueológicas do Brasil (Lei n.º 3.924, de 26-7-61).

— Incorporação à União de cêrca de 31 imóveis de valor histórico-artístico, sob a guarda da DPHAN, localizados em vários Estados, adquiridos por meio de doações, aquisições ou desapropriações, e onde se encontram instalados os serviços administrativos da repartição, os museus já organizados e outros em organização.

— Colaboração com organismos internacionais, dedicados aos problemas da preservação de bens culturais, principalmente a UNESCO, o Institute. Royal du Patrimoine Historique da Bélgica, a Rockfeller Fundation, etc.

— Publicação de 15 números da Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional **e 23 números de monografias especializadas.**

— Projeto da criação da Fundação Amigos do Patrimônio, em organização.



Rodrigo Mello Franco de Andrade

O que constituiu e constitui o Brasil não é apenas seu território, cuja configuração no mapa do hemisfério sul do continente americano se fixou em nossa memória, desde a infância, nem êsse território acrescido da população nacional, que o tem ocupado através dos tempos. Sòmente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configura de fato o Brasil, nem corresponde a sua realidade. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, como traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro.

O acêrvo dessas produções da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje às populações que os antecederam, originárias da própria terra ou provindas de outros continentes, em verdade autentica e afirma a existência nacional.

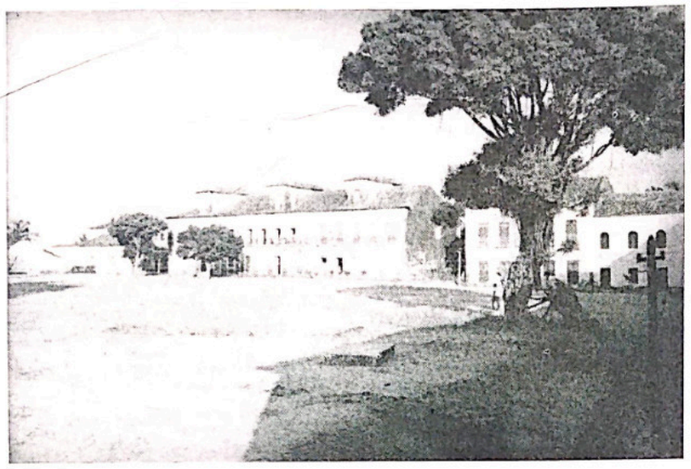
O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional representa parte muito relevante e expressiva do acêrvo aludido, por ser o espólito dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis na história do país. São documentos de identidade da nação brasileira. A subsistência dêles é que comprova, melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sôbre o território que habitamos.

Não há meio tão eficaz para incutir-nos a convicção da unidade e da perenidade da pátria quanto um balanço, ainda que sumário, dos monumentos herdados de nossos maiores, ao longo de tôda a superfície do Brasil.

Da decisão e da capacidade de nosso povo assegurar a defesa da integridade nacional, as provas mais convincentes e emocionantes são as fortificações que, no decorrer dos séculos da formação e do desenvolvimento do Estado brasileiro, foram edificadas e se conservam nos limites mediterrâneos e marítimos de nosso território. Do ideal e do fervor religioso, que inspiram nossas antigas populações, contribuindo notàvelmente para firmar o sentimento de solidariedade entre os habitantes dêste imenso país, as igrejas levantadas nos sítios mais diversos e distantes, em número prodigioso, perduram como testemunhos sublimados. As formas de govêrno e as instituições políticas e administrativas estabelecidas no Brasil através dos tempos, ficaram bem definidas e assinaladas para a posteridade nos palácios reais e imperiais, bem como nas residências de vice-reais e governadores ou capitães generais e, ainda nos prédios de intendências e alfândegas e nos casos de câmara e cadeias das cidades e vilas brasileiras. As modalidades da produção econômica que condicionaram os ciclos sucessivos do desenvolvimento nacional, — o ciclo do açúcar, o da mineração e o do café —, com as intercorrências da produção pastoril e siderúrgica, ressurgem dramàticamente assim nas velhas sedes de engenhos e fazendas, como nos remanescentes das lavras e das fábricas primitivas, nas regiões em que ocorreram.

O regime patriarcal, latifundiário e escravocrata que caracterizou a formação da sociedade em nosso país e as transformações que nesta se operaram, em conseqüência das vicissitudes econômicas e outras circunstâncias peculiares, estão simbolizadas expressivamente nas antigas casas-grandes e senzalas rurais, nos velhos sobrados e cortiços urbanos, além de em certos espécimes de construções destinadas a lojas, oficinas e armazéns. O sistema de abastecimento de água adotado em nossos centros populosos e o de assistência à saúde pública deparam-se-nos, com a feição que os distinguia, nos aquedutos vetustos, nas fontes e nos chafarizes coloniais e imperiais, assim como em tantos nobres edifícios das Misericórdias multicentenárias.

Quanto à memória de fatos e personalidades culminares da história do Brasil, conservam-na, mais comoventemente que qualquer compêndio, o tempo votivo erigido, na elevação dominante do campo das batalhas dos Guararapes, pelo comandante vitorioso das réfregas finais contra o invasor estrangeiro; a lápide que recobre os despojos do bravo Estácio de Sá; a cela humilde onde expirou o Padre José de Anchieta; a casa brazonada em que nasceu o poeta Gregório de Matos; aquela onde morreu Castro Alves; a Casa de Rui Barbosa e tantas e tantas outras.



Alcântara, largo da Matriz ou São Matias, Maranhão

Rua Direita em Mariana, Minas Gerais



Compenetrados da obrigação cívica e cultural de preservar êsses valôres, os autores das sucessivas constituições adotadas no Brasil desde 1934 incluíram, invàriavelmente, entre seus preceitos fundamentais, o da defesa do acêrvo de arte e de interêsse histórico e paisagístico do país. Assim é que a Constituição Federal vigente determina, no artigo 175, que "as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza ficam sob a proteção do poder público". Entretanto, a lei especial promulgada com o objetivo de organizar essa proteção estabeleceu que os bens cuidos "só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos, separada ou agrupadamente, num dos quatro Livros do Tombo" instituídos pelo mesmo diploma legal.

Foi em obediência a tal norma que se procedeu à inscrição ou tombamento dos bens cuja preservação se julgou de interêsse público. Mas, por motivo da enorme extensão do território brasileiro e, bem assim, pelas circunstâncias que dificultam o inventário sistemático dos bens móveis de valor histórico e artístico existentes em nosso país, sobretudo os de propriedade particular de pessoas naturais, o acêrvo inscrito nos Livros do Tombo está ainda muito longe de se tornar satisfatório para o efeito determinado.

Não obstante, se quisermos ajuizar, ainda que sumàriamente, à vista dos bens tombados até agora, da contribuição do povo de cada área geográfica de nosso país para a formação e o enriquecimento do patrimônio artístico do Brasil ou, pelo menos, dar um golpe de vista breve nas obras inscritas nos Livros do Tombo nas diversas regiões do território nacional, não ficaremos decepcionados com a herança que os maiores nos deixaram.

No extremo norte, além dos restos das culturas indígenas da Amazônia, recolhidos no Museu paraense Emílio Coeldi, entre os quais se destacam os espécimes das cerâmicas de Santarém e Marajó, encontramos os monumentos jesuíticos de Belém e de Vigia, cujos traços de possante originalidade, de sabor regional, contrastam sem inferioridades com o apurado neo-clássico dos documentos religiosos e civis levantados na capital do Pará sob o risco de Francisco José Landi. No Maranhão, o retábulo seiscentista da Sé de São Luís e a igreja do Carmo de Alcântara, conquanto representem exemplares preciosos de nossa arte sacra tradicional, são menos expressivos que os belos sobrados das duas cidades, revestidos de azulejos de variegados padrões nas fronteiras, comos grades de esmerada serralharia nas sacadas e também caracterizados pelas gelosias pitorescas de suas fachadas posteriores e de seus pátios internos. Há que salientar, porém, que, em São Luís, as obras mais antigas dos chafarizes públicos do Ribeirão e das Pedras, êste último injustificàvelmente alienado e particular e murado, excedem em proporções monumentais, às das construções de mesma espécie em todo o país.

No Piauí, o acêrvo arquitetônico ponderável compreende as igrejas matrizes de Oeiras e Piracuruca, que sobressaem entre as construções urbanas e rurais da região, mas têm menos interêsse arquitetônico que as singelas casas de fazendas ali existentes, com longos alpendres acolhedores.

Relativamente aos Estados do Nordeste, deparamos apenas poucos monumentos preservados no Ceará, tais como a casa de José de Alencar em Macejana e certas edificações civis e religiosas mais arcaicas, em Icó e Aracati, às quais deve ser acrescentado o caso singular da igreja de Almofala, envolvida no areal como num manto.

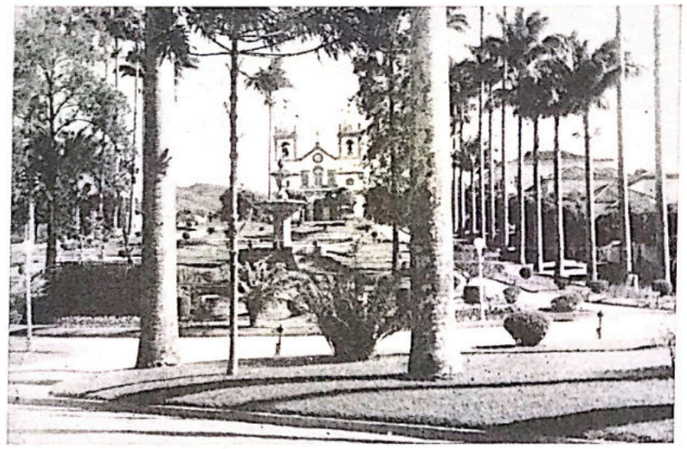
O Rio Grande do Norte conserva apenas, de relêvo excepcional, a preciosidade do Forte dos Santos Reis Magos, construído primeiramente em 1598, com outra forma, sob desenho do arquiteto militar jesuíta Gaspar de Sampères, mas, por ser de taipa, estacada e areia sôlta, foi edificado com sua forma atual sob a traça do Engenheiro Mor Francisco Frias de Mesquita, de 1624 a 1619. No Estado de Alagoas as obras de arquitetura antiga escasseiam, em conseqüência dos malefícios do tempo e dos homens, hoje consistindo no belo convento franciscano e nos templos de Penedo e da antiga capital, ora denominada Marechal Deodoro, onde perdura também uma simples parede da casa natal do fundador da República. Em compensação, a Paraíba e Pernambuco se podem orgulhar de possuir parcelas das mais ricas e sinificativas do patrimônio histórico e artístico do país. Nessa área se destacam, a par da relíquia quinhentista que é a igreja jesuítica da Graça, em Olinda, exemplares insígnes das construções levantadas pelos franciscanos, beneditinos e carmelitas no Brasil competindo com o altíssimo padrão de outras obras de arquitetura religiosa da qualidade das igrejas de São Pedro dos Clérigos, da Conceição dos Militares e da Capela Jaqueira, das igrejas de Nazaré, no Cabo, de Santo Agostinho e da de São Cosme e São Damião, em Iguaraçu, da Capela do Engenho Bonito, da Igreja da Guia e da capela de N. Sra. do Patrocínio situadas em zonas rurais dos municípios de Nazaré da Mata e de Santa Rita. A tais monumentos pouco se inferiorizam, em virtude da raridade de suas características, os pequenos sobrados residenciais seiscentistas, da Praça João Alfredo n.º 7 da rua do Amparo n.º 28, em Olinda, assim como a casa-grande do Engenho Poço Comprido, no município de Vicência e também, apesar de muito maltratada e prejudicada pela proximidade aviltante de novas edificações utilitárias, a fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo.

O exíguo território de Sergipe resguarda um conjunto arquitetônico notável na cidade de São Cristóvão, acrescido em outros municípios de templos que se distinguem por elementos genuínos de relevantíssimo teor, quais a igreja de Nossa Senhora do Socorro de Tomar, em Geru, a matriz de Santo Amaro, a capela rural de Comendaroba e a igreja da Divina Pastora, para mencionar sòmente a parte mais sugestiva do patrimônio artístico sergipano. Quanto à Bahia, se quase todos os brasileiros de cultura média lhe conhecem bem, de vista ou por fotografias, monumentos famosos como a igreja do convento e a da Ordem terceira de São Francisco, a igreja da Companhia, hoje Sé-Catedral, ou o Paço do Saldanha, na cidade do Salvador, ignoram ou têm notícias insuficientes de outros de valor extraordinário na própria capital e diversos pontos do Estado. Entre êstes, localizados na capital, bastará assinalar as casas nobres do Arcebispado, dos 7 Candieiros, do Berquó, de São Dâmaso, do Conde dos Arcos e da Associação Comercial; as igrejas da Conceição da Praia, do Pilar e Monte Serrat; o convento e igreja de Santa Teresa, convertidos em Museu de Arte Sacra; a Santa Casa de Misericórdia com sua igreja anexa; as fortalezas de S. Antônio, de Santa Maria, de Monte Serrat e de S. Marcelo. Em cidades diversas, avulta o acêrvo impressionante de Cachoeira, onde ressaltam a igreja da Ordem Terceira do Carmo e a Matriz, o paço municipal e a casa nobre da praça da Aclamação n.º 4; as casas de Câmara e Cadeia de Jaguaripe, Santo Amaro e Maragogipe; nas zonas rurais a capela quinhentista e os renascentistas da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila; a capela do Engenho Velho do rio Paraguaçú; as casas dos engenhos Freguezia, Matoim e Embiara; a igreja do desaparecido Seminário de Belém da Cachoeira e a capela de São José do Genipapo, no município de Castro Alves. Importa observar, porém que vários trechos de velhos logradouros urbanos de nossa primitiva Capital têm interêsse equivalente às de monumentos valiosos, considerados em si mesmos. De outra parte, não se deve omitir que na Bahia se acham as produções de nível mais alto de alguns de nossos maiores mestres de ofício, como os arquitetos Frei Macário de São João e Gabriel Ribeiro; escultores como Frei Agostinho da Piedade, Francisco das Chagas, o Cabra, e Manoel Inácio da Costa; pintores como José Joaquim da Costa e José Teófilo de Jesus; além da obra de qualidade por vêzes ainda superior de artistas mais antigos ou contemporâneos dêsses, cujos nomes permanecem infelizmente mal conhecidos ou ignorados.

Na área do Espírito Santo, o número dos bens efetivamente inscritos nos Livros do Tombo não chega por enquanto a uma dezena, constando de 8 obras de arquitetura religiosa e 1 edificação civil. Mas cumpre advertir que dois dos templos aludidos são monumentos jesuíticos dos mais antigos e valiosos do Brasil, — a igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta (a primitiva Reritiba) e a dos Reis Magos, no sítio denominado Nova Almeida, município de Serra. O retábulo da capela-mor da segunda contém uma notável pintura seiscentista, representando os oragos do templo em adoração ao Menino Jesus. A primeira tem, todavia, maior interêsse arquitetônico, por ser uma das poucas igrejas do período colonial em nosso país providas de três naves. E foi numa cela rústica ainda conservada na residência contígua a esta igreja de Nossa Senhora da Assunção que, em 1597, expirou, como já foi recordado, o Padre José de Anchieta. Seu corpo venerável, tornado leve por depauperamento no duro apostolado dos selvícolas, ao longo de 44 anos, a indiada de Reritiba o carregou nos ombros algumas horas depois da morte, em procissão de cruz alçada, daquela aldeia para Vitória, onde os despojos estiveram sepultados na igreja de Santiago, até que a fama de santidade os tivesse feito remover para a Bahia e dali fôssem dispersados como relíquias. Essa dispersão prenunciou, aliás, a demolição inexcusável da própria igreja de Santiago, promovida relativamente há poucos anos por um govêrno estadual.

Quanto à construção leiga espírito-santense incorporada ao patrimônio artístico nacional, fica nos arredores de Vitória e foi originàriamente casa da fazenda Jucutuquara. É obra de arquitetura rural superior, serve hoje de sede ao Museu Capichaba e está ligada a uma das personalidades de relêvo na história do Brasil, pois que serviu de menagem ao Padre Diogo Feijó, quando foi desterrado de seu domicílio sorocabano, depois do fracasso da revolução liberal de 1842.

Do patrimônio dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara deve dizer-se que é dos mais valiosos do país, embora menos afamado. Se tivermos em vista conjuntos urbanos que conservam as características originais, a área fluminense oferece-nos núcleos de Parati e de Vassouras, aquele com a fisionomia genuína da Vila de Nossa Senhora dos Remédios no século XVIII e êste, em seus logradouros principais, com o aspecto autêntico da cidade oitocentista, construída na primeira fase do ciclo do café. No tocante a monumentos de arquitetura religiosa, o Mosteiro e igreja de São Bento, as capelas da Glória do Outeiro, de São Francisco da Penitência e da Ordem 3.ª do Carmo, na cidade do Rio de Janeiro, competem com os templos mais famosos do Brasil. Vários outros na mesma cidade e fora, como em Cabo Frio e em Pilar de Iguaçu, se impõem à nossa admiração, especialmente a igreja de Bonsucesso ou da Misericórdia, no Rio, que abriga, em perfeito estado de conservação, os retábulos quinhentistas retirados do templo dos



Praça Barão de Campo Belo em Vassouras, Rio de Janeiro

Matriz ao alto da rua Herculano Veloso, transversal à rua Getúlio Vargas Tiradentes, Minas Gerais



jesuítas demolido com o Morro do Castelo. O que, porém, não pode ser esquecido no território dêsses estados é seu acêrvo de arquitetura civil, do qual os apreciadores estimam a dignidade simples dos palácios imperiais situados na antiga capital e em Petrópolis, mas sobretudo as residências rurais típicas de origem seiscentista e setentista da classe dos engenhos do Viegas e do Colubandê, das fazendas da Samambaia, de Santo Antônio e do Padre Correia, para citar sòmente algumas das mais acessíveis, convindo acrescentar-lhes a casa da fazenda de São Bernardino, no município de Nova Iguaçu, para incluir na lista reduzida um espécime da edificação do século XIX.

Com relação aos monumentos de arte e bens de interêsse histórico de Minas Gerais, já terão dito o suficiente os ilustres conferencistas que me precederam no curso promovido neste recinto ilustre pelo Instituto Histórico Guarujá-Bertióga. Limitar-me-ei a aludir aos edifícios de valor excepcional que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conseguiu incorporar naquele estado ao domínio da União, reunindo em cada coleção significativa de obras de arte antiga, para convertê-los em museus federais, maiores ou menores. Tais são o Museu da Inconfidência, instalado na casa que foi sede do Senado da Câmara e Cadeia da venerada Vila Rica, onde se encontra o mausoléu dos protagonistas da Conjunção Mineira de 1789; o Museu do Ouro, na antiga Casa da Intendência, em Sabará; o Museu do Diamante, na casa que pertenceu ao Inconfidente Padre Rolim, em Diamantina; os museus regionais de Caeté e São João del Rei, em sobrados de qualidade arquitetônica extraordinária, adquiridos naquelas cidades; a Casa dos Ottoni, no prédio residencial onde nasceram os grandes brasileiros Teófilo e Cristiano Ottoni, na cidade do Sêrro; a casa colonial do Inficionado, na vila de Santa Rita Durão, que foi pátria do poeta do Caramuru. Além dessas, adquiriu-se também em Diamantina a edificação que conserva na frontaria a única sacada promovida do muxarabi original restante no Brasil: é hoje a sede da Biblioteca Antônio Tôrres, subordinada à Biblioteca Nacional e contém os livros que pertenceram ao escritor polemista, juntamente com livros de outra origem.

Quanto aos demais monumentos mineiros, matrizes prestigiosas, igrejas em que as ordens terceiras e irmandades se esmeraram por produzir o que de mais belo estava a seu alcance, construções residenciais apalacetadas ou rústicas, pontes e chafarizes projetados e executados por mestres coloniais da mais alta categoria, tudo isso ou grande parte disso espero que já tenha sido assinalado ao brilhante auditório aqui presente, sem lhe ter faltado a exposição das obras individuais dos artistas eminentes do período colonial, desde aqueles a que o cronista de 1790, atribuia gôsto bárbaro ou "gótico", segundo a expressão que utilizou, até as realizações mais inspiradas do Aleijadinho e do Ataíde.

Ao acêrvo arquitetônico paulista excusa fazer agora referência, pois foi objeto da penúltima lição aqui ministrada, a cargo do mais douto especialista na matéria.

Resta, portanto, a computar o patrimônio dos outros Estados do Sul, o de Goiás e Mato Grosso.

No Paraná e Santa Catarina dois edifícios históricos foram também incorporados ao domínio da União e convertidos em museus federais: o antigo colégio dos Jesuítas em Paranaguá, onde principiou a ser instalado o Museu de Arqueologia e Artes Populares, organizado mediante convênio com a Universidade do Paraná, e a Casa de Vitor Meireles, em Florianópolis, que viu nascer o mestre da Primeira Missa no Brasil o que obriga pequena coleção de suas obras, felizmente em vias de ser enriquecida graças à cooperação generosa do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional de Arte em São Paulo.

Em proveito do território sul-riograndense foi que, porém, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomou iniciativa do maior alcance em sentido semelhante, criando o Museu das Missões, na localidade de São Miguel, município de Santo Ângelo, com a reconstituição de uma das unidades de habitação dos índios do Povo de São Miguel Arcanjo, integrante dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai,todos ora situados em território nacional. Ali, sob um alpendrado reconstituído à feição da parte mais característica das habitações originais dos índios no lugar, com utilização de elementos autênticos trazidos de vários sítios missioneiros, recinto êsse acrescido da nave da impressionante igreja projetada pelo Jesuíta Primoli, hoje reduzida a ruína da obra hercúlea efetuada pelos Padres da Companhia de Jesus naquela região, está recolhido e exposto à visitação pública o conjunto mais representativo de obras de arte das Missões que se poderia reunir em nosso país.

No Mato Grosso só existe, inscrita nos Livros de Tombo, a interessante igreja da Sé de Sant'Ana, na Chapada dos Guimarães, no passo que, em Goiás, além de dois conjuntos urbanos coloniais, preservados na antiga Vila Boa e em Pilar, há diversas obras de arquitetura religiosa e civil tombadas, localizadas em outros municípios, das quais a de maior porte é a velha matriz de Meia-Ponte, atualmente cidade de Pirenópolis. Na ex-capital do Estado, a mesma antiga Vila Boa, já referida, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional obteve também que passasse a próprio nacional a notável edificação, outrora sede da Câmara e Cadeia municipal, feita sob a traça do Governador Luís da Cunha Menezes que se tornaria famoso como o Fanfarrão Minésio das Cartas Chilenas, quando passou a Governador da Capitania de Minas Gerais. Naquele edifício igualmente, providenciou-se para organizar um museu, o Museu das Bandeiras, onde se reuniram obras de arte tradicional da região e, sobretudo, um arquivo de inestimável valor histórico.

Tentei dar, nesse balanço grosseiro e sumaríssimo, uma nação do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Mas o relance quase não passou das obras de arquitetura, deixando de alcançar, ou só alcançando de revés, as de pintura e escultura, assim como as das nossas artes menores, algumas das quais, felizmente, foram aqui tratadas com proficiência. Não obstante, a resenha mal feita pelo menos terá servido para mostrar que os bens relacionados merecem ser defendidos zelosamente.

O que sucedeu, porém, durante longos anos e o que continua a ocorrer, a despeito de tais valôres se acharem sob a proteção formal da Constituição e outras leis federais, causa tristeza e alarme.

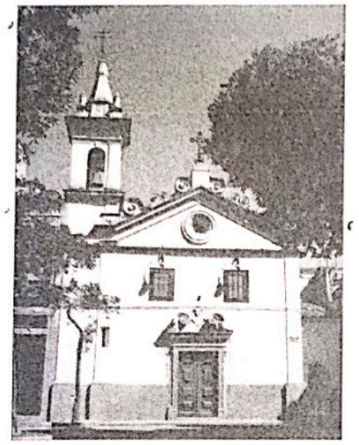
Excluindo-se menção de fatos remotos e restringindo-se a recordação a atentados, cujos objetivos utilitários se verificaram irrisòriamente inúteis, podem ser apontados os seguintes:

Na Bahia, demoliu-se a venerada Sé, na cidade de Salvador, sob a alegação de necessidades urbanísticas impostergáveis, que acabaram consistindo na ampliação de um logradouro já de vastíssimas proporções, sem vantagem ponderável para o trânsito no local. Excetuando-se as imagens, fragmentos de retábulos e outras poucas peças recolhidas à igreja dos Jesuítas, que se converteu em Catedral, perderam-se os preciosos lavores de Liós das portadas, os dos altares de pedra policromada e tudo mais. Decorridos poucos anos apenas da consumação, na Bahia, do inútil extermínio da Sé venerada, os agentes do poder público tomaram a iniciativa da destruição, na cidade do Rio de Janeiro, de outro monumento excepcional pelo valor histórico e arquitetônico, — o edifício construído para sede da Academia Imperial de Belas Artes sob o projeto de Grandjean de Montigny e que, ampliado, se convertera em Ministério da Fazenda. Alegou-se haver necessidade urgente de construir nova sede para o aludido Ministério, cujos serviços e instalações não mais se compatibilizavam, de modo algum, com a velha edificação. Sustentou-se então veementemente que não se poderia poupar a obra de arquitetura delineada pelo grande mestre da Missão Artística Francesa em 1816, pois o único terreno adequado à localização do indispensável palácio nôvo do Tesouro Nacional seria o que o da velha Academia ocupava. Em vão se objetou que a construção condenada merecia ser mantida e, ainda à última hora, a Sociedade Nacional de Geografia representou ao Chefe do Estado no sentido de a ceder à mesma instituição. Tudo em pura perda. A tentativa de salvação não contribuiu senão para o efeito de acelerar as providências destinadas a efetivação do arrasamento, mal permitindo que o Serviço do Patrimônio Artístico, recém criado, negociasse com a firma empreiteira da demolição a compra dos elementos que compunham o nobilíssimo pórtico desenhado por Grandjean e enriquecido de esculturas em terracota pelos irmãos Ferrez. Entretanto, posta abaixo, em ritmo acelerado, a imponente edificação, os responsáveis passaram a considerar que o lugar era, afinal de contas, impróprio para a nova sede do Ministério da Fazenda e decidiram levantá-lo muito longe dali, na Esplanada do Castelo, sem se dignarem dar desculpa alguma pela inutilidade revoltante da destruição. Mais tarde, com despesa apreciável e muitíssimo trabalho, logrou-se reconstruir o pórtico da Academia, no eixo de uma das alamedas de palmeiras imperiais, no recinto do Jardim Botânico. O local, porém, onde se erguia o monumento histórico, continua até hoje terreno baldio, utilizado para estacionamento de automóveis.

No Rio de Janeiro, ainda, já depois de vigente a legislação destinada a proteger os monumentos nacionais e apesar de se haver sugerido um traçado substitutivo que pouparia o sacrifício do patrimônio artístico do país, mutilou-se o parque traçado por Glaziou no Campo de Santana (no trecho de arvoredo mais frondoso) e derrubaram-se bàrbaramente as igrejas de São Domingos, Bom Jesus do Calvário e de São Pedro. Foi assim, de fato, pela simples e obstinada preocupação de pôr-se o eixo da nova Avenida Presidente Vargas em rigoroso alinhamento com o da Avenida do Mangue, que se obteve do Presidente da República cancelar a inscrição daqueles monumentos nos Livros do Tombo, despojando-nos feita abstratação dos outros da jóia singular de nossa arquitetura sacra, que era a igreja de São Pedro, onde estavam sepultados o Padre José Maurício, o poeta Silva Alvarenga e os historiadores do Rio de Janeiro Luís Gonçalves dos Santos (o Padre Perereca) e Monsenhor Pizzarro de Araújo.

Antecedentes a êsse vandalismo imperdoável, arrancou-se do Chefe do Poder Executivo da União o destombamento da igreja do Rosário, em Pôrto Alegre, o único monumento antigo da capital gaúcha, sob a alegação de ser insuficiente para abrigar os fiéis, edificando-se em seu lugar um templo, vulgar, cuja capacidade excederá certamente muito pouco à da igreja sacrificada.

Êsse precedente de se ter cancelado nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a inscrição da igreja do Rosário de Pôrto Alegre, invocando-se para justificação do ato o motivo de interêsse público previsto no Decreto-Lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941, facilitou não só a crueza cometida contra



Igreja São Domingos, Guanabara

os monumentos citados no Rio de Janeiro, mas outros prejuízos mais recentes, já consumados ou na eminência de ocorrer. Tais são os casos do edifício da Santa Casa de Misericórdia, em Campos, e do Parque Henrique Laje, ainda no sacrificado Rio de Janeiro, ambos destombados por deliberações mal inspiradas dos últimos titulares da Presidência da República.

Ressalva-se, todavia, que o poder conferido naquele decreto-lei ao Chefe do Estado, no sentido de cancelar tombamentos por motivo de interêsse público, não é, em si mesmo, inconveniente e indesejável. Há que reconhecer o acêrto e prudência de se reservar ao Presidente da República a atribuição de, na eventualidade de conflito de interêsses públicos, entre a necessidade da conservação do patrimônio histórico e artístico do país e a de alguma iniciativa de



Igreja São Pedro, Guanabara



Igreja Bom Jesús do Calvário, Guanabara

utilidade coletiva, incompatível com a primeira, verificar qual das duas deverá ser atendida e decidir em definitivo a tal respeito. Não se advoga, pois, a revogação do decreto-lei em causa, inquestionàvelmente adequado para dirimir litígios graves entre os órgãos da administração, ou retificar desacertos em que podem incorrer os encarregados da proteção do acêrvo monumental do Brasil. Urge, porém, a complementação do texto legal discutido, a fim de se assegurar a instrução plenamente satisfatória dos processos de cancelamento da inscrição de bens nos Livros do Tombo, estabelecendo-se outrossim que atos semelhantes do Presidente da República serão praticados senão sob a forma de decretos, devida e circunstanciadamente fundamentados, para esclarecer o motivo de interêsse público que os tenha determinado.

À falta da medida legislativa alvitrada, tenderão a se reproduzir ocorrências desastrosas como as apontadas por último. Na que importou em lesão ao acêrvo histórico da cidade de Campos, o Presidente deliberou à vista apenas de uma petição de Provedor desavisado da Santa Casa local, que lhe foi encaminhada com uma exposição de motivos do Ministro da Educação, feita sem a mínima audiência da repartição competente e sem o mínimo de ponderação exigido pelas circunstâncias. O pedido de reconsideração do despacho presidencial não mereceu acolhimento e, logo, para se levantar no sítio um edifício comercial, que poderia ser construído em outro lugar empreendeu-se açodadamente a demolição da nobre sede da Misericórdia da Vila de São Salvador dos Campos Goitacazes, único edifício congênere restante no país a ocupar uma quadra urbana inteira, com sua igreja anexa. Relativamente à resolução tomada em detrimento do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro, sofismou-se em tôrno do conceito de utilidade pública ao ponto de chegar à conclusão espantosa de que o motivo de interêsse público na emergência não é o de preservar-se para a coletividade de um parque precioso como reserva vegetal e como obra de jardinismo vitoriano, constituindo além disso a última ligação desimpedida de uma rua carioca com o sopé e a encosta do Corcovado, mas, sim, o de propiciar a uma companhia de comércio imobiliário que comprou os terrenos a preço reduzido, graças à desvalorização produzida pelo tombamento, ali construir, no centro da área verdadeira muralha de blocos de apartamentos de 22 andares e, na testada, uma fileira ininterrupta de lojas para negócios de luxo, afora um arruamento interno para lotes de edificações residenciais em número indeterminado. Eis aí o que resultará do destombamento do Parque Henrique Laje, na malsinada ex-capital do país, pretendendo-se que isso seja um meio de preservá-lo muito melhor do que o conseguiram o Serviço Florestal e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto, atribui-se à imperfeição de determinada lei e a certas transigências presidenciais o que tem perdido o acêrvo histórico e artístico do Brasil, no últimos vinte anos, seria errado e estulto. Dois fatos elucidativos, sucedidos com longo intervalo durante êsse período, demonstram que, mau grado a proteção legal decorrente do regime de tombamento, atentados de mesma espécie puderam ser perpetrados impunemente. Tais foram a estúpida demolição do Forte do Buraco, o mais belo monumento de arquitetura militar que existia no Recife, e, há pouco, a do edifício colonial da Cadeia de Luziânia, em Goiás, ambas ordenadas por autoridades públicas, sem que se tenha conseguido aplicar sanção penal aos responsáveis pelos atos criminosos.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimô-



Antiga Casa da Câmara e Cadeia de Luziânia, fachada principal, Goiás

nios de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se de organizar e manter uma campanha ingente, visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossas concidadãos de que o petróleo país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também dêles ou nosso será certamente praticável. Torna-se necessário esclarecer que o empenho de defender o acêrvo monumental existente no território patrio não se inspira em sentimentalismo efeminado, nem em tendência romântica desatualizada, mas, ao contrário, em disposição viril e compreensão lúcida do significado e do imenso valor do patrimônio em causa, tanto estimado espiritualmente, quanto considerado do ponto de vista material.

O papel representado pelos monumentos de arte e de história na economia atual das nações civilizadas, com a importância fabulosa apurada em benefício das respectivas receitas orçamentárias, mercê do afluxo de divisas resultante do turismo internacional, está a comprovar que razões relevantes, exatamente de ordem utilitária, recomendam a preservação cuidadosa daqueles bens. O desenvolvimento acelerado do turismo interno, em todos os países, inclusive no Brasil, evidencia que, mesmo na carência de turistas procedentes do exterior, cada região nacional tem interêsse manifesto em resguardar seu patrimônio característico. A intensificação operada entre nós no comércio de antiguidades, sem embargo dos preços proibitivos com que se oferecem à venda as mercadorias de qualquer espécie nesse ramo de negócio elucida por outro lado o valor das coisas antigas brasileiras de menor porte. Quem se decide a aliená-las presentemente não tarda a se arrepender, por se sentir lesado, em face da valorização quase fulminante da cotação de tais artigos. Com efeito, parece que não há, na atualidade, aplicação de capital mais segura e mais lucrativa.

Entretanto, no trato do problema que nos ocupa, não cabe, nem pode caber o primeiro plano ao argumento ou ao fundamento utilitário. Por civismo, acima de todos os demais móveis ou sentimentos, é que nos deveremos empenhar pela defesa do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Tal como tenho rememorado em outras circunstâncias, não foi diverso o pensamento do Vice-Rei, Dom André de Melo e Castro, Conde de Galveias, que, já na primeira metade do Século XVIII, invocava razões exclusivamente dessa natureza para preservar o Palácio das Tôrres, no Recife, quando o governador da Capitania de Pernambuco quis tomar iniciativa ameaçadora à sua integridade:

"... se se necessitasse", — escreveu êle ao governador —, "se se necessitasse abso

Igreja São João Marcos, matriz, Itaverá



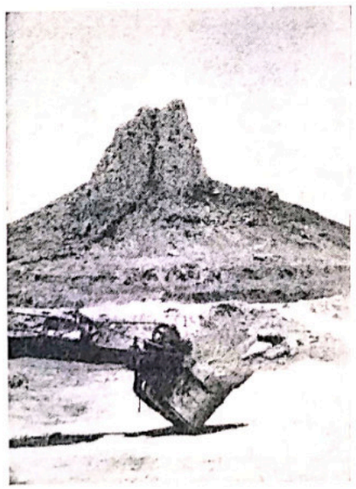
lutamente, para defesa dessa Praça, que se demolisse o Palácio, e com êle uma memória tão ilustre, paciência, porque esta mesma desgraça têm experimentado outros edifícios igualmente famosos; mas por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzeiros, é cousa indigna que se saiba que, por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulte, na ruina dessas quatro paredes, a glória de tôda uma Nação".

A lição ministrada pelo Conde das Galveias há mais de dois séculos, se produziu efeito imediato, não aproveitou muito aos governos subseqüentes nem às gerações da população brasileira que sucederam à de seu tempo. Faltaram-nos dirigentes, com a mesma autoridade e a mesma disposição para repetir o ensinamento, até que êste penetrasse profundamente na opinião nacional. Mas não é tarde demais para retornar essa obra de educação cívica. Ao contrário. Nunca houve momento tão oportuno quanto o que vivemos para defender-se o acêrvo de arte e o patrimônio histórico do Brasil, utilizando-se os meios proporcionados pela legislação em vigor, que se podem tornar mais eficazes na medida da facilidade de comunicações e com o reforço de uma propaganda intensa e permanente, de alcance nacional, organizada na base dos instrumentos disponíveis da imprensa, da rádio-difusão e da crescente rêde de televisão. Há que apelar igualmente para a cooperação decidida dos órgãos de finalidade educativa. Em particular, impõe-se a todos e a cada um dos agentes do poder público da União, dos Estados e dos municípios ficar compenetrados de que a Constituição Federal colocou sob sua proteção, e não apenas sob a guarda de uma repartição especializada, os bens legados pelas gerações extintas e concedidos pela natureza para enriquecimento cultural e material do Brasil.

Diante das ocorrências características do desenvolvimento atual do país e, especialmente, do impulso dominador adquirido pelo comércio imobiliário e a indústria de construções, que assumiram a importância de uma das atividades principais, exercidas no território brasileiro, já não é apenas a própria integridade dos monumentos que a conjuntura presente põe com freqüência em risco. Ameaça ainda maior pesa sôbre a moldura inseparável, o ambiente tradicional e a escala apropriada dos edifícios de valor histórico e artístico. Êstes, por mais primorosamente que sejam conservados em si mesmos, amesquinham-se na vizinhança próxima de novas construções volumosas, perdem a visibilidade indispensável a seu **status** e ficam envelhecidos na promiscuidade com os produtos da especulação de imóveis. Prejuízos semelhantes equivalem à destruição da obra que se pretende resguardar e seu perigo avulta por não despertar temor suficiente nos espíritos desprevenidos. A consciência da complexidade do risco a que ficaram expostos os monumentos, nos centros urbanos modernos, em conseqüência de alterações eventuais na sua proximidade, induziu o legislador italiano a confiar as soluções das questões suscitadas a êsse respeito ao critério exclusivo do órgão técnico-administrativo competente, vedando a apreciação de tais matérias ao próprio Poder Judiciário. Vem, pois, da nação mais experimentada na proteção do respectivo acêrvo monumental o ensinamento das medidas de precaução extrema. Entre nós, se não podemos adotá-las, por serem inconciliáveis com as instituições brasileiras, que extendem a competência dos tribunais e todo o campo de aplicação das leis, sem restrição de espécie alguma, temos de contar com o esclarecimento do critério da magistratura do país. E, felizmente, o egrégio Supremo Tribunal Federal, em sucessivos arestos, tem firmado e consagrado, memoràvelmente, a boa doutrina, ao dirimir os litígios daquela natureza levados a seu alto conhecimento. No entanto, o anteparo em verdade eficaz, contra os riscos de danos de qualquer origem a que está sujeito o patrimônio histórico e artístico do Brasil, só pode ser levantado com a elucidação progressiva da opinião nacional. A população brasileira, precisa adquirir a compreensão viva e atuante do valor inestimável do acêrvo cultural que possui e de que não se deve deixar despojar. Nenhuma campanha será mais decisiva em favor de qualquer causa de interêsse coletivo do que, para a defesa do espólio herdado de nossos maiores, a criação, aqui de um espírito público iluminado e resoluto.

E, uma vez que se encontra em São Paulo o centro mais evoluído do país, o Brasil tem direito de esperar dos homens e das instituições paulistas o impulso destinado a vencer as maiores resitências opostas à salvação do patrimônio Nacional.

Pico Itabirito, Minas Gerais



Urbanização e desenvolvimento econômico na América Latina

Denis Lambert

Publicamos aqui a tese apresentada pelo economista francês Denis Lambert, professor da Faculdade de Direito do IEP, no colóquio sôbre "Problemas das Capitais na América Latina", promovido pelo "Centre National de la Recherche Scientifique", da França, em Toulouse, fevereiro de 1964. Acreditamos que as idéias expostas por Lambert em sua tese, bem como o debate que se seguiu — e que também publicamos neste número — não perderam sua atualidade. A tese foi traduzida pelo arquiteto Alex Nicolaeff e o debate por Maria Eugênia Cavagnari. Transcrição da revista "Caravelle" n.º 3.

Desculpo-me, inicialmente, por ser muito pouco economista.

Na medida em que o fôsse deveria comparar o custo e o rendimento da urbanização. Não falarei dêle deixarei que outros — mais competentes do que eu — quando tratarem de Brasília, desenvolvam esta tese. Será sobretudo do custo econômico da urbanização que tentarei falar aqui. Irei, talvez, um pouco além do que seria necessário, na medida em que fôr preciso temperá-lo com a contrapartida — muito positiva — do fato urbano.

Para começar, informo que a documentação em que me baseio é constituída por dois relatórios da CEPAL — publicados no "Boletim Econômico da CEPAL", de outubro de 1961 e de março de 1963 — concernentes à distribuição geográfica da população da América Latina e às prioridades regionais de desenvolvimento. Êste estudo dá, de uma parte, a evolução das taxas de urbanização entre 1950 a 1960 para as 20 repúblicas latino-americanas, — taxas essas calculadas para cidades de mais de 2.000 habitantes — e, de outra parte, projeções (1975), segundo os quais, para o conjunto da América Latina, se passará de uma taxa de 39% de urbanização em 1950, para 46% em 1960 e 54% em 1975. Estas estimativas são na realidade, inferiores às apresentadas em muitos estudos latino-americanos, segundo os quais, teríamos, por exemplo, uma taxa de 68% de população urbana em 1960, enquanto outras estatísticas fornecem índice ainda maiores.

O segundo dado, que cito, com muita reserva por não ser de fonte muito científica, é o último "American Handbook", edição de 1963. A parte econômica é geralmente bem feita, e usa estatísticas recentes. Terminado êste parêntese sôbre documentação, gostaria, simplesmente, de expor a seguinte idéia geral: o processo de urbanização na América Latina parece desempenhar papel um tanto análogo ao do "efeito de demonstração" dos economistas, ou seja, uma propensão para imitar modos de vida e a consumir em detrimento da poupança.

Quero dizer, com isso que, numa primeira análise, o papel da industrialização é eminentemente favorável. A aglomeração urbana introduz novos modos de vida, métodos modernos, mais apropriados à civilização técnica que os tradicionais oferecendo possibilidades de atividade profissional diversificadas e crescentes meios de acesso à instrução, inexistentes ou raras nos campos. Diante disto e em primeira análise a industrialização seria um fator favorável. Entretanto, a longo prazo a urbanização acelerada não parece representar mais que o "efeito de demonstração", na adaptação estrutural que permitirá aos países novos iniciar uma etapa irreversível e construtiva de desenvolvimento econômico. A Venezuela, por exemplo, segundo as projeções para 1975, terá 71% da sua população urbanizada. Significará isto que em 1975 não existirá mais o setor tradicional da Venezuela e que êstes 71% representarão um setor evoluído semelhante ao do país europeu? Não estou convencido disto. Creio, pelo contrário, na reconstituição do dualismo dentro do quadro urbano. Isto por ser a urbanização na América Latina, com demasiada freqüência, uma fonte de desperdícios e de obstáculos ao crescimento, é esta aliás, a razão do aparecimento de interpretações diversas e contraditórias. — Para alguns, a urbanização é condição de desenvolvimento; não há progresso sem expansão do setor evoluído. Refiro-me a certos esquemas americanos que preveem por uma espécie de transferência integral da população do setor tradicional para o setor evoluído e urbano, transferência esta que é considerada como condição de desenvolvimento. O modêlo é, aliás, apresentado sob forma matemática: um quadro no qual o setor tradicional não existe mais, tôda população foi para o setor produtivo. Creio que, na realidade, nesta ilha desenvolvida, o setor tradicional continuará existindo sob outra forma. Os que pensam ser a industrialização condição de desenvolvimento, lembram um pouco aquêles economistas japoneses que afirmam que o efeito de demostração foi a causa inicial do desenvolvimento do Japão. Isto porque a introdução de novos modos de vida levou-os a fabricação de produtos que atendem a esta nova demanda. O Japão, porém, constitui um caso particular, não se encontrando processo equivalente em outras experiências de desenvolvimento. Para outros, a urbanização constitui um custo absoluto e inevitável do desenvolvimento. Ela conduz a desperdícios tais como o efeito de demonstração, que hoje é um obstáculo ao desenvolvimento em numerosos países novos, pois provoca o consumo e impede o processo de acumulação de capital.

Insistirei simplesmente sôbre duas correlações significativas:

Urbanização e terciarização: e, urbanização e inflação.

Urbanização e Setor Terciário

Seria necessário comparar as taxas de crescimento da população terciária com as da população urbana. Infelizmente, não poderei fazer. Existem, com efeito as estatísticas da CEPAL e de outras fontes, feitas sôbre base comum, que dão a distribuição profissional para o conjunto da América Latina em 1950. Para 1960, no entanto, ter-se-ia que usar em dados nacionais diversos e obtidos consequentemente por



métodos de cálculo diferentes. Dispomos, porém, das taxas de urbanização. Farei então, uma comparação forçosamente inexata, pois irei confrontar a população terciária de 1950 à população urbana de 1950 e eventualmente à de 1960.

No conjunto, a urbanização parece ser bem mais rápida que a industrialização; o índice de urbanização é com freqüencia duas vêzes maior que o índice de industrialização. Os estudos feitos na América-Latina, pelos governos dos diversos países ou pela CEPAL permitem a comparação entre os índices de urbanização e de industrialização. Darei entretanto preferência a uma outra relação: farei a comparação dos índices de urbanização com índices de terciarização para mostrar que aí a correlação é bem mais nítida.

Deparamos com as três situações tradicionais constatadas na América do Sul através de diversos critérios econômicos e sociológicos.

1) **Países do Prata:** as migrações profissionais para o setor terciário são particularmente amplas, e mais rápidas mesmo de que as migrações para o secundário; no entanto, ligam-se simultâneamente à industrialização e à urbanização. Isto significa que incontestàvelmente, não se pode considerar crescimento das cidades como um fato ùnicamente terciário, êle depende também do desenvolvimento da indústria. De qualquer forma, quanto mais rápida fôr a urbanização mais forte será o avanço para o terciário. Tomemos, por exemplo, a Argentina onde a taxa de urbanização é de 68% para 1960; a taxa de terciarização para 1950 é de 50%. Em 1960 deverá ser ainda maior; 50% de terciário é uma percentagem de país europeu já bem adiantado em seu desenvolvimento.

2) **Países semi-industrializados**: Venezuela Colômbia, Brasil. A correlação com os índices de industrialização é bem mais fraca, o que parece indicar que o crescimento urbano depende sobretudo do fenômeno terciário, o que é particularmente notável em países onde a urbanização é mais acelerada, como ocorre na Venezuela. Os dados dêste país para 1960 são: 61% de população urbana e 31% de ocupação terciária ostentando portanto o terciário um índice superior que o setor secundário.

3) **Países Andinos e pouco industrializados:** aqui temos, aparentemente uma contradição pois deparamo-nos com uma correlação muito mais nítida entre industrialização e urbanização ou seja, taxas de ocupação no setor secundário que parecem bem próximas das taxas de urbanização. Esta situação, todavia, não são evidente se considerarmos as percentagens de população terciária. Um dos casos que me pareceu mais notável foi o da Bolívia com uma percentagem de urbanização talvez um pouco forçada pela CEPAL pois dava 37% de urbanos em 1960 e 20% de terciários. O mais grave porém é que para os 20% de terciários há apenas 13% no setor secundário. Ou seja, o terciário é quase o dôbro do secundário. Isto pode parecer pouco surpreendente ante os 30% de terciários na Argentina, mas para um país cuja renda média por habitante oscila entre 80 e 100 dólares representa uma carga muito pesada.

São duas as conseqüências dessas correlações:

I) **Reconstituição do dualismo no setor evoluído.** Constata-se, nos países de urbanização muito rápida, a formação de um novo setor tradicional com um proletariado urbano ocupado em grande parte em atividades no setor de serviços. Êste dualismo parece às vêzes, mais grave que o dualismo tradicional por duas razões:

1) O desemprêgo é mais oneroso pois os recursos nos períodos de expectativa são menos abundantes do que os encontrados no meio rural. Êstes recursos tendem inclusive a desaparecer. É, também, um desemprêgo mais completo. O desemprêgo disfarçado, ou seja, emprêgo de ocupação parcial, é fator importante no meio urbano, mas a êle vai se juntar o desemprêgo total dos emigrantes rurais não qualificados, incapazes de encontrar ocupação. É, enfim, um desemprêgo mais perigoso pois conduz a tensões sociais capazes de explodirem mais fàcilmente.

2) Verifica-se uma baixa de nível de produtividade em relação à economia nacional. Um argumento incontestado entre autores anglo-saxônicos é de que, no meio tradicional dos países sub-desenvolvidos, a produtividade marginal do trabalhador agrícola é igual a O. Êste é, exatamente, o argumento invocado por Chaqs e Bemde para acelerar a emigração profissional. Se temos alguns milhões de jornadas de trabalho a empregar na agricultura, pode-se perfeitamente retirar todos êstes desempregados do mundo rural cuja produtividade é igual a O e transferi-los para as cidades onde terão uma produtividade superior. Êste argumento é criticável a meu ver por duas razões: a) a produtividade marginal do desempregado rural nem sempre é igual a O; freqüentemente, mesmo quando quatro pessoas realizam uma tarefa que poderia ser feita por uma, cada uma dessas pessoas se encarrega de uma parte da tarefa. Contudo, abstratamente, pode-se dizer que uma pessoa fará o serviço e que três podem ser dispensadas.

b) a migração rural para a cidade não desencadeará um aumento do nível de produtividade. Pelo contrário, assistiremos à partilha de empregos e uma partilha de empregos terciários.

II) **A inchação do setor terciário se opõe à mobilidade dos fatôres de produção** e conduz à uma cristalização de estruturas muitas vêzes ineficazes. Com efeito, a composição do setor terciário urbano não vai facilitar as transferências dos fatôres de produção. Os 50% dos argentinos ocupados em atividades terciárias não terão a mesma qualificação profissional e o mesmo tipo de emprêgo que os 50% de terciários da Austrália. Os 30% de terciários do Paraguai, por exemplo, terão outro nível de qualificação. Lamento só poder dar-lhes argumentos muito parciais, mas torna-se necessário recensear o setor terciário, bem como sua distribuição nas diversas cidades. O funcionalismo público e as fôrças armadas representam 15 a 20% do setor terciário, constituindo, os funcionários públicos, de um modo geral, 7 a 11% do total da população ativa, ou seja, uma percentagem nitidamente superior à da França que, sabemos, dispõe de um número mais do que suficiente de funcionários. Esta... pletora no setor função pública e fôrças armadas traduz-se no plano orçamentário. Na maioria dos países latino-americanos, as despesas correntes dos governos são bem mais elevadas que nos países ocidentais (50 a 60% dessas despesas cobrem os gastos para o funcionamento da administração). Nos países ocidentais estas despesas caem de 15 a 20%.

Há, ainda, o importante setor terciário doméstico cujo nível de qualificação e produtividade é muito fraco — todos êsses intermediários que precisam ser recenseados, sejam os ocupados em atividades comerciais ou financeiras — enfim todo o terciário composto de empregados no setor privado.

Êste crescimento do setor terciário provocado pela sua baixa produtividade conduz freqüentemente à uma cristalização das estruturas.

Com isto quero dizer:

1.º O setor terciário conduz à uma estratificação social que vai gerar novos conflitos de classe entre os intermediários e os titulares de rendimentos fixos. É evidente que certos grupos sociais não têm a mesma capacidade monetária para defender-se contra a inflação.

2.º Êste setor terciário representa um setor capital técnico e com pequeno capital financeiro e intelectual. Sabe-se que a expensão de um setor terciário muito pouco qualificado significa um grave obstáculo ao planejamento. Não se pode organizar um desenvolvimento econômico com



estruturas administrativas marcadas por uma qualificação insuficiente.

Conclusão: A improdutividade, a formação deficiente e a desigualdade de rendimentos do setor terciário constituem frequentemente um dos sintomas de atraso do desenvolvimento latino-americano. Se bem, que, para muitos, constitua sintomas de progresso e desenvolvimento. O setor evoluído na América Latina — é muito mais amplo do que na Ásia ou na África, mas a parte das atividades de serviços nêste setor é tal que a produtividade permanece, apesar de tudo, muito baixa.

Urbanização e inflação

A urbanização desenvolve o setor terciário: constitue assim um fator de inflação pois o setor terciário tem uma produtividade inferior à do setor secundário; conseqüentemente, o aumento de produção será mais lento que o fluxo monetário. Daí é possível retirar uma relação bem significativa entre ritmo de urbanização e ritmo de inflação na América Latina.

E isto por duas razões:

1) **A urbanização é uma fonte de desperdícios,** direta e indiretamente.

a) **Diretamente** encontramos uma urbanização demasiado forte que vem pesar sôbre o custo do desenvolvimento industrial e agrícola. É bem mais oneroso transportar, armazenar, comercializar, abastecer desproporcionados setores urbanos e evoluídos, do que centros regionais harmoniosamente distribuídos pelo território. A urbanização pesa igualmente sôbre o desenvolvimento social uma vez que a organização urbana dos subúrbios — infraestrutura, estradas, transportes, serviços — representa um custo elevado, e os serviços sociais básicos acima de um determinado volume tornam-se mais caros em virtude do desequilíbrio que provoca nos encargos orçamentários do fato de ser a renda fiscal mais baixa nas comunidades-dormitório.

b) **Indiretamente,** a urbanização desvirtua a rentabilidade dos investimentos. De fato, as cidades atraem a poupança para os investimentos imobiliários em detrimento das aplicações produtivas, desviando mesmo os investimentos públicos para empreendimentos de imobilização muito longa, isto é, nos quais a rentabilidade só se verifica após 15 ou 20 anos. Por exemplo, pergunta-se se uma cidade como Paris pode desperdiçar todos seus recursos investindo em transportes urbanos, ou se uma cidade como Lyon podia pagar seu metrô. Da mesma forma, podemos perguntar se um país novo pode gastar todos os seus recursos fazendo estradas, construindo metrôs, e se não seria mais compensador buscar uma organização mais racional para as cidades, e criando cidades menos extensas.

2) **A urbanização é causa de uma tensão** permanente da moeda e dos preços.

a) **A tensão da moeda** é fácil de provar: basta analisar a estrutura das despesas orçamentárias sob o ângulo regional; examinar os financiamentos orçamentários tanto nacionais como regionais para verificar que os principais fatôres de deficit se localizam nas aglomerações urbanas; mostrar que os mecanismos de crédito proveem, em grande parte, da demanda urbana, que ultrapasse a demanda de zonas de população menos densa; mostrar que todo o mecanismo de troca é função do comportamento urbano, que se a especulação ante a desvalorização é tão importante fator inflacionário nas cidades é que se localizam êsses comportamentos. Para finalizar, acima de tudo basta examinar o mecanismo dos salários, que é um mecanismo urbano e o problema do financiamento das altas salariais muitas vêzes da ordem de 50% a 100% ao ano.

b) **Tensão de preços** podem, igualmente ser encontradas nas cidades as principais causas de elevação dos preços. Isto talvez seja um pouco arbitrário pois não conseguimos localizá-las no campo. Dito de outra forma, os gráficos de preços nos darão os valôres nas grandes aglomerações urbanas e não nas grandes áreas rurais. Em conseqüência, somos tentados talvez a sistematizar um pouco pois falta-nos sempre o segundo elemento.

Vários fatôres responsáveis pela elevação de preços podem ser localizados nas cidades:

— A alta dos preços das importações, notadamente em países latino-americanos, que dependem fortemente de importações. A demanda de importações provém sabidamente das cidades;

— A elevação dos preços dos alimentos. Basta comparar, no Brasil, por exemplo, a evolução dos preços agrícolas na fonte de produção, por atacado e no varejo, para constatar que em períodos de inflação extremamente rápidos como o atual, as antecipações da elevação dos preços se dão mais depressa no setor atacadista e varejistas e que as margens comerciais se tornam cada vez maiores. Vê-se, portanto que é tôda a estrutura de comércio atacadista e varejista das cidades que tende a regular o fenômeno de elevação dos preços dos alimentos;

— O aumento dos preços por atacado dos produtos manufaturados deve-se a certas formas de capitalismo de monopólio, localizado nas cidades e não nos campos;

— A elevação dos preços dos serviços dá-se essencialmente nas cidades, notadamente os de aluguéis. Não disponho de dados estatísticos recentes, mas pude calcular que, no Brasil, entre 1948 e 1958, houve disparidades regionais extremamente fortes na elevação de preços. Estavam, porém, essas altas firmemente ligadas ao fato urbano. Entre 1948 e 1958, houve um aumento de 630% o mais forte até então registrado no antigo Distrito Federal e no Estado de São Paulo.

Uma alta quase mais forte ocorreu em estados como Pará e o Amazonas porque o índice de custo de vida freqüentemente é estabelecido nas cidades. Constata-se, ainda, que para artigos como a moradia, o aumento de aluguéis em Manaus e Belém é quase tão rápido quanto em São Paulo e pesa mais fortemente na composição do índice de preços. Constata-se, conseqüentemente que, mesmo em zonas situadas nos estados pobres, a alta de custo de vida nas cidades, é quase tão forte quanto as verificadas nos estados ricos. Inversamente, nas zonas agrícolas, como por exemplo no Paraná e em Santa Catarina, a elevação dos preços é menos forte, se bem que sejam estabelecidos nas cidades. Houve nêstes casos um aumento de 400%. Êste aumento é muito maior se considerarmos alguns produtos particularmente sensíveis que apresentam grandes oscilações de preços no varejo.

O aumento dos preços é conseqüentemente em grande parte um fenômeno urbano que tem origem na capital nacional e notadamente na capital federal. No Brasil, o antigo Distrito Federal por exemplo conta com mais de 70% de população terciária, tem o setor secundário bem maior que o Estado de São Paulo e, pràticamente não possui setor primário, ou se localiza na capital econômica e que causará a elevação dos preços como por exemplo na região de São Paulo que se deve sobretudo a uma certa forma de inflação dos lucros e uma certa repartição das rendas em determinadas capitais regionais.

Concluindo direi que a urbanização acelerada pode catalizar o desenvolvimento, mas sua manutenção exige um grande esfôrço pois a pauperização do setor tradicional coloca hoje problemas cada vez mais candentes.

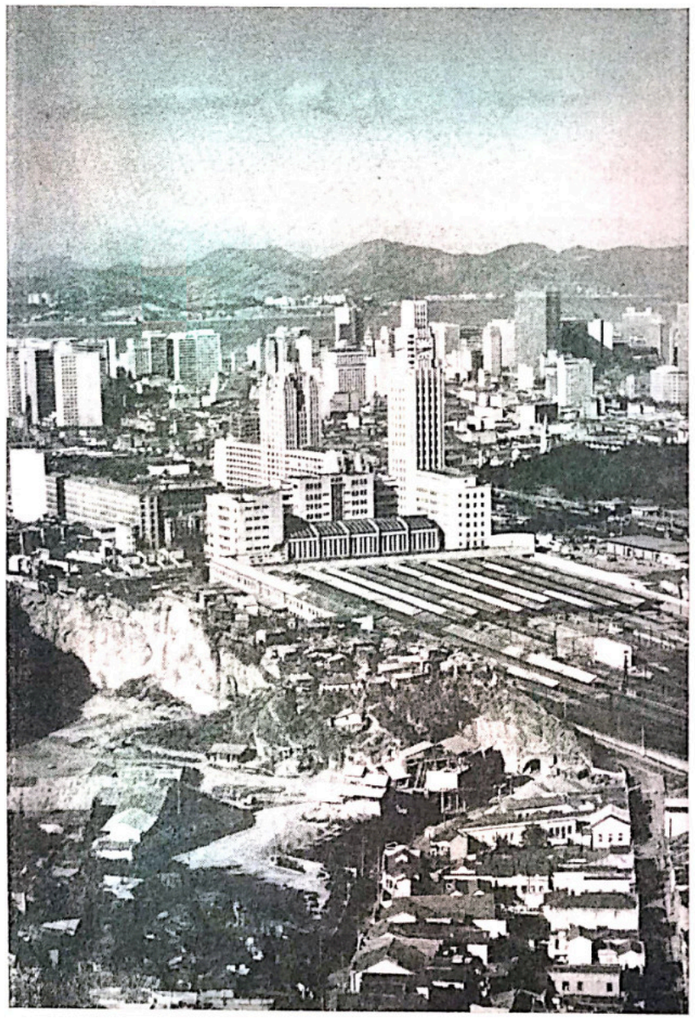
O debate

Transcrevemos abaixo os debates que se seguiram a comunicação de Denis Lambert.

Chiozza (1)

Já que o sr. Lambert falou da CEPAL vou dizer algumas palavras sôbre a primeira pesquisa que, constituiu a um só tempo, uma análise sôbre nossa situação econômica e um ensaio de plano de desenvolvimento que não chegou a ser realizado.

A propósito da importância do setor terciário e de seu pêso no orçamento nacional, a enquete sublinha a necessidade de reduzir a importância deste setor, que se desenvolve em detrimento do secundário e do primário, sendo que êste último perdeu capacidade de absorver o crescimento natural da população das zonas rurais. Os resultados do censo de 1960 não permitem afirmar que essa previsão, ou êsse voto expresso pela CEPAL tenha se confirmado, ao contrário, o setor primário sofreu uma drástica redução, uma vez que além de não ter sido capaz de absorver o crescimento natural da população rural, sofreu, em números absolutos, população rural ligada ao trabalho e residente na zona em questão. Êste fato é extremamente grave, porque, no caso da Argentina, é acompa-



nhado de uma transformação que resulta numa redução de produtividade das zonas agrícolas. Sabemos, todos, que as atividades primárias são atividades de rendimento decrescente, mas, neste caso, o rendimento tem decrescido não só pela perda de fertilidade do solo, como se pode verificar em certos setores dos pampas mas, igualmente, por uma perda de eficiência na produtividade por pessoa, uma vez que essas zonas passaram da agricultura para a pecuária, atividade que implica em menor utilização de mão-de-obra. A transferência dessa população primária se fêz fundamentalmente para o setor terciário, e neste setor, não para atividades de rendimento econômico e sim para aquelas cujo rendimento deveria ser fortemente diferenciado. As atividades terciárias constituem-se principalmente nas do serviço doméstico e não da administração pública as quais viram seus efetivos aumentar inutilmente nesses últimos anos, representando aquilo que Pierre Monbeig chamou, muito bem, de espécie de subvenção pública aos empregados. Isto pesa bastante no orçamento nacional e tem se pensado mesmo, nos últimos tempos, em desnacionalizar certas emprêsas, como as de transportes públicos, que absorvem uma certa fração dessa população terciária. A coisa é particularmente sensível em Buenos Aires, cidade cuja população representa um têrço do país, e que sofreu êsse processo de urbanização acompanhado por um surto de rápida inflação e de uma série de problemas sociais que se encontram todos relacionados com as tensões criadas pela incapacidade em que se acha o setor terciário subdesenvolvido de se acomodar aos novos custo de vida.

Denis Lambert

Agradeço os dados estatísticos trazidos, bem como a confirmação da transferência do desemprêgo direto do setor primário para o setor terciário.

Chaunu (2)

Congratulo-me com Denis Lambert pela magnífica colocação que fêz no problema, isto é, saber se a América Latina deve ou não escolher entre desenvolvimento e urbanização. O Sr. Lambert é um economista que consegue agradar aos historiadores, pois nos apresenta a economia política como nós desejaríamos sempre encontrar, o que nem sempre acontece. Assim sendo, certamente nada há a acertar pois tudo está em perfeito acôrdo. Mas quando se comparam as taxas de urbanização e de terciarização da América Latina com as dos países desenvolvidos (URSS, EUA, os da Europa Ocidental) pode-se obter paralelos tranquilizantes mas que são evidentemente falsos uma vez que as comparações devem ser significativas se fôssem feitas com os Estados Unidos, a Rússia ou a Europa Ocidental de 1964. Porém, por outro lado, se se estabelece comparações com os outros setores, no momento em que êles atingem a grande mutação de crescimento, se se compara, por exemplo, com a Grã Bretanha, entre 1820 e 1850, com a França, entre 1850 e 1880, com os Estados Unidos, entre 1865 e 1890, e com a URSS, entre 1925 e 1940, percebe-se que, nesses momentos históricos do **take-off**, nesses momentos históricos da arrancada, em parte nenhuma se encontra tais taxas de urbanização e de terciarização e, evidentemente e sobretudo, um tal ritmo de transferência. Não é lógico (e aí os historiadores não deveriam ter direito a palavra fina porque no fundo os problemas conservam sua especificidade) mas é certo que o historiador, por natureza, por formação, por inclinação, tende a concluir talvez mais vigorosamente ainda do que o Sr. Denis Lambert que, talvez por razões de cortesia, atenuou seu julgamento. O historiador é tentado a responder que há uma escolha e que se escolhe creio que será necessário frear a urbanização e sobretudo a urbanização em tôrno de cidades monstruosas, de cidades loucas.

Denis Lambert

Gostaria de responder com uma pergunta. É possível utilizar o raciocínio analógico entre o fenômeno latino-americano atual e o fenômeno europeu do século XIX? Creio que é preciso proceder com certa prudência. Dispomos de dados estatísticos suficientemente precisos sôbre o século XIX para saber qual era a situação do setor terciário naquela época? O setor terciário não teria sido substimado no século XIX na medida em que não era possível reconseá-lo?

Chaunu

Confio tanto nas estatísticas inglêsas de 1820 a 1850 e nas americanas de 1865 a 1890, quanto nas produzidas atualmente pelos organismos das Nações Unidas concernentes à América Latina, mas não diria o mesmo em relação às francesas que são latinas e portanto ruins.

Pierre George (3)

Creio que é preciso ter em conta que todos êsses fenômenos estão sendo acelerados e hipertrofiados pelo fato de que essa evolução é posterior à dos países industrializados.

Enjalbert (4)

A comunicação de Denis Lambert leva a refletir sôbre o custo da urbanização nos países em vias de desenvolvimento da América Latina. O autor desejaria ao que parece, um melhor equilíbrio entre os investigamentos urbanos-excessivos segundo êle — e os que deveriam ser consagrados à organização regional que abrangesse as pequenas cidades e o campo. Os países latino-americanos, colocados ante o fato novo da explosão demográfica, a meu ver, não têm escolha. A urbanização e, em primeiro lugar, a que se fêz para as capitais, é imposta pelo superpovoamento do campo. Como exemplo disso, cito a cidade do México e as regiões rurais que a envolvem. Além disso, a organização regional, desejável certamente, é igualmente onerosa. O valor pioneiro das regiões periféricas se afigura de fraco rendimento, de elevado custo e de pequena capacidade para fixação de pessoas. A grande cidade, a despeito de suas fraquezas, oferece a vantagem de criar um grande mercado, propiciar trabalho mesmo que nem sempre em quantidade suficiente — a par de assegurar, bem ou mal, uma espécie de formação aos homens que o meio rural não é capaz de proporcionar.

Matos Mar (5)

A questão tratada por Lambert é capital. Coloca o dilema ante o qual tôda a América Latina se depara. Como afirmou Chaunu, é preciso escolher entre a organização e o subdesenvolvimento; e, reconheçamos, no presente momento, nenhum dos países latino-americanos dispõe de um plano orgânico de desenvolvimento. Produzem-se, apenas, êsses fenômenos concretos e simples que as Nações Unidas chamam de urbanização e que são definidos como uma pura transferência de população da zona rural para a urbana, determinando um congestionamento que é a origem das desordens econômicas e sociais de suas principais cidades e que acarreta uma multidão de problemas.

Deve-se isto à falta de organização comum a todos os países latino-americanos que deixam as coisas acontecer sem nenhuma noção de perspectiva, a qual pode ser explicada pelo tipo de economia nêles dominante. Um grande número de exemplos, principalmente no que toca ao setor terciário e ao subemprego, poderia ser citado. Em Lima, por exemplo, um têrço da população ativa está empregada no setor terciário, em ocupações não qualificadas e típicas de subemprego; ocupações essas classificadas por alguns economistas como clandestinas e indesejáveis. Trabalho de **cachuelo** (6), como se diz em nossa linguagem familiar ou na gíria, onde não se produz absolutamente nada. Daí a série de problemas colocados pela falta de organização dos pequenos espaços em relação aos grandes e pela ausência de uma prática racional de utilização das fôrças econômicas e da produtividade do país.

Inegàvelmente, há uma séria crise. No caso de Lima é possível dar ainda um exemplo típico: nos últimos dez anos um têrço do crescimento da cidade se fêz através de cortiços e favelas. Os serviços nessas áreas se apresenta a tal ponto congestionados que se foi obrigado a criar quarteirões especiais, dotados de uma administração municipal especial que perturba tôda a vida. O problema econômico aí é fundamental.

Hamon (7)

A exposição de Lambert parece inegável sôbre um aspecto, impressionante noutro e discutível um terceiro aspecto. — **Inegável** quando destrói o "fetiche da urbanização", mostrando que urbanização não é sinônimo de modernização e que determinará o aparecimento de um setor neo-anárquico na própria cidade, se não fôr acompanhada de desenvolvimento suficiente. — **Impressionante** quando mostra os custos suplementares da vida urbana. — E **discutível** quando faz crer que o afluxo para a cidade é evitável.

As comparações com o período europeu correspondente, invocadas pelo Sr. Chaunu se chocam com uma dissemelhança que ninguém pode negar, ou seja, a da explosão demográfica devido à queda de mortalidade e a qual se agrega, como muito bem assinalou o Sr. Enjalbert, o fechamento das saídas de emigração.

É necessário portanto que os rurais suplementares tenham para onde ir. Daí não se poder dizer que a América Latina deva escolher entre urbanização e desenvolvimento — ela tem ao contrário, por tarefa, o desenvolvimento difícil através da urbanização inevitável.

Não devemos facilitar sem necessidade, certo. Mas, deixamo-nos atrair, antes de tudo pela promoção do desenvolvimento, apesar de suas dificuldades, em uma urbanização fatal que — o Sr. Lambert nos mostrou — não implica necessàriamente em modernização.

Richard Morse (8)

Quero acrescentar ao ponto de vista do Sr. Lambert a visão do próprio emigrante. Os camponeses são mais inteligentes do que supõe os estatísticos. Emigram para a cidade por boas razões e informados, mais ou menos exatamente, pelos que os precederam. Se perguntarmos aos norte-americanos porque os porto-riquenhos vão para Nova York (onde são mais de 700 mil, mais de que na própria San Juan) onde viverão em péssimas condições, sofrendo discriminações raciais, êles responderão que a emigração é devida a um critério pessoal e econômico bem definido. Quando o equilíbrio muda um pouco — equilíbrio entre as possibilidades econômicas de San Juan e de Nova York — a migração diminui automàticamente. Chega mesmo a cair, às vêzes até 50 mil por ano.

É certo que na cidade as pessoas têm maior facilidade em conseguir instrução. No caso típico da Colômbia, metade da população não dispõe de escolas e, nas zonas rurais, não existe uma só escola secundária. É preciso ir para a cidade. Atualmente na Colômbia, a população cresce com maior rapidez do que as ofertas de emprêgo na indústria. Pode-se dizer que as pessoas, uma vez na cidade, criam um mercado. Mesmo quando vivem uma vida de todo marginal, êles adquirem seu pequeno rádio, calçam sapatos em lugar de **guarachis** (6), etc.

Alguns sociólogos admitem que talvez a capital ou cidade principal, como Montevidéu, Buenos Aires, México marcarão passo quando as cidades secundárias começarem a crescer. Isto, creio, já está se passando no México. Há alguns anos atrás, a cidade do México, capital do país, se desenvolvia ràpidamente enquanto que as outras cidades cresciam a um ritmo normal. Agora, no entanto, Monterrey, Guadalajara, Ouebla se desenvolvem com maior velocidade, aproveitando-se da emigração rural, o que me parece importante. Para terminar, diria que venho de um país onde quase todo o mundo trabalha no setor terciário, eu inclusive, penso que a ausência, talvez de certos tipos de emprêgo terciário como o emprêgo doméstico é a causa, sem dúvida, de grande número de divórcios. Na burguesia podemos falar de empregos terciários que representam, por exemplo os grandes flibusteiros das emprêsas publicitárias na avenida Madison. Pode-se por acaso afirmar que quem ganha 40 mil dólares anuais fazendo publicidade comercial pela televisão contribui mais para a economia do que aquêle que empurra uma carroça na rua? O emprêgo terciário implica em qualquer coisa de pejorativo e nós precisamos sempre ter em conta certos resultados paradoxais do desenvolvimento econômico.

Guilhodes (9)

Em resposta a Chaunu, Enjalbert e Hamon deram ênfase ao fator demográfico atual e também aos meios de população, que se modificaram completamente do século XIX para o século XX, o que demonstra que o rítmo de desenvolvimento das duas épocas não pode, absolutamente, ser comparado. Tomemos o exemplo da Colômbia, onde existe um plano de desenvolvimento — de 1960 a 1970 — que prevê para aquêle decênio um êxodo rural de 500 mil habitantes por ano. O govêrno colombiano, aliás, endossou a previsão e o plano prevê o emprêgo dêste contingente na construção de habitações e de estradas.

O plano foi pôsto em execução com a construção da Ciudad Kennedy, antiga Ciudad de Techo, em Bogotá — que conta com mais de 60 mil habitantes, sendo que a maior parte dos créditos da Aliança para o Progresso foi destinada a êsse tipo de investimento. Houve uma certa desorientação no início, porque até então o desenvolvimento da Colômbia tinha sido relativamente harmônico. O crescimento de Bogotá não era excessivo, havendo mesmo três ou quatro centros de desenvolvimento: Bogotá, Cali, Medellin, a costa Barranquilla e ainda as siderúrgicas de Paz del Rio, que poderão, no futuro, promover o desenvolvimento da área.

Sob êste ângulo, o plano Colombiano é bastante revelador. Enquanto o govêrno adotou um plano de reforma agrária, o plano de desenvolvimento não lhe destinou nenhuma receita, ficando o problema completamente omitido. Inicialmente estavam previstos 100 milhões de pêsos por ano para a reforma agrária, mas no plano de desenvolvimento não há menção ao fato. O problema das capitais não pode ser resolvido apenas nas cidades e, sim, principalmente, no campo. Mesmo dando a importância devida ao problema atual das cidades, deve-se considerar sobretudo o fenômeno do êxodo rural.

O que se deve fazer? O campo latino-americano é realmente super-povoado? Qual a estrutura agrária sul-americana? Evidentemente há problemas de difícil resposta: na Colômbia, particularmente, há um aumento das áreas para a pastagem nos vales, enquanto os agricultores são empurrados cada vez mais para as montanhas. Êste



movimento é acompanhado de fenômenos policiais e militares, caracterizados pelo nome de **dolencia** (6).

Em consequência, as terras férteis são transformadas em pastagens e quando o govêrno propõe um plano de reforma para uma determinada região os proprietários respondem plantando cana de açúcar, o que anula a possibilidade de mudança. O problema é realmente sério e creio que um dos fatôres de maior importância no crescimento harmônico das grandes cidades é o problema agrário. Êle não foi abordado aqui como devia, por representar apenas um ângulo de nosso estúdio, mas é o fator chave.

Milton Santos (10)

Gostaria de acrescentar alguma coisa ao que foi dito por Enjalbert. O aumento da população de uma grande cidade tem suas desvantagens mas trás também alguns benefícios. Não mencionarei o perigo do desemprêgo urbano porque este desemprêgo é **perigoso** também no campo. Os desempregados urbanos são os antigos desempregados rurais que conseguem chegar à cidade para protestar e pedir reformas sociais. É necessário não esquecer a má distribuição da renda nacional.

Por outro lado, a presença de uma população grande nas cidades cria novas atividades, lançando o germe da industrialização, impossível de se desenvolver em outro lugar, inclusive de indústrias ligadas à construção, que são, como todos sabemos, atividades geradoras de outras atividades.

Deve-se ter um julgamento flexível, mas é necessário também lembrar que é difícil criar, fora das cidades os instrumentos que tirarão a região do sub-desenvolvimento. Pode-se ao mesmo acreditar que a urbanização é uma etapa do desenvolvimento equilibrado, tão desejado pelos economistas.

Mauro (11)

A argumentação de Lambert me interessou bastante, principalmente quando êle falou sôbre a reconstituição do dualismo no interior das capitais e sôbre a relação capital/trabalho nas atividades de produção. Muitas vêzes, na América Latina, procura-se criar atividades nas quais o fator capital tem um pêso muito mais forte que o fator trabalho, quando o mais importante seria talvez, em se considerado o subemprego, agir exatamente da forma contrária.

Seria necessário dispor de tempo para discutir êste ponto de vista, levando-se em conta ainda que o desenvolvimento latino-americano supera várias das etapas atravessadas pelo desenvolvimento europeu.

No entanto, gostaria de insistir particularmente sôbre o papel decisivo da capital sôbre o aumento de preços. Em uma capital

qualquer, como por exemplo, Paris, existe te sempre um número de pessoas cujo poder de compra é quase ilimitado, e que tem sempre possibilidade de comprar o seu bife diário, mesmo quando êle passa a custar dez mil francos antigos. E a categoria de população com renda variável, como os estrangeiros, os homens de negócios, etc. Isto é também verdade para a América Latina, onde se pode estabelecer a diferença entre uma cidade qualquer e a capital dizendo que a cidade é aquêle lugar onde a proporção de pessoas com renda variável não é suficientemente forte para exercer o papel de agente gerador de aumento de preços.

Será necessário evitar a situação da capital, tomada no sentido exposto acima, levando-se esta premissa a definir o tamanho ótimo das cidades e capitais? É a pergunta que gostaria de fazer a Lambert.

Guy Lasserre (12)

Nos países subdesenvolvidos o êxodo rural não está relacionado com o apêlo econômico da cidade. O imigrante não espera ter o emprêgo, para ir até lá. O conceito de "cidade-refúgio" é fundamental. A conseqüência disto são os aglomerados heterogêneos, desigualmente equipados, sôbre vastos espaços. As **barriadas,** (6) ou **favelas,** (13) constituem uma defesa involuntária contra o custo excessivamente elevado da urbanização. Seria interessante calcular qual é o custo do equipamento racional de uma região, em estradas, escolas, hospitais, prédios de escritórios, unidades agrícolas viáveis, etc. É bastante provável que êste custo seja superior ao custo urbano que os países da América Latina são capazes de suportar. A economia subdesenvolvida não permite a êstes países evitar o êxodo rural, em favor de uma organização do campo.

Chaunu

Quero dizer apenas algumas palavras, já que a minha intervenção anterior suscitou críticas justificadas.

Estou certo de que todos nós conhecemos as diferenças existentes entre os séculos XIX e XX e o perigo que representam os paralelos históricos. Neste caso, no entanto, os paralelos históricos seriam tão absurdos quantos os espaciais ou geográficos. A alternativa está entre estabelecer um paralelo entre certos setores da América Latina e dos Estados Unidos, em 1960 ou entre certos setores atuais da América Latina e certos setores do século XIX, quando a solução mais razoável seria estabelecer paralelo algum. Mas a partir do momento em que êles são estabelecidos considerando o fator tempo, não são necessàriamente mais absurdos de que os paralelos estabelecidos entre as coisas realmente incomensuráveis.

Por outro lado, acredito que ninguém aqui ignora o caráter específico da revolução demográfica do século XX. Há mesmo uma tendência para exagerá-lo, em relação à América Latina. É curioso, por exemplo, observar que a cada vez que um país latino-americano faz um recenseamento mais ou menos razoável — e me refiro a um artigo recente dos **Cahiers d'Outre-Mer,** relativo ao Peru — a projeção das Nações Unidas está sempre adiante da realidade, prevendo uns 10% a mais na população de cada país. Apesar desta tendência em aumentar, no que se refere ao século XX, no século XIX as grandes mudanças no desenvolvimento foram também acompanhadas de grandes mudanças demográficas, nada desprezíveis. Fazendo uma comparação para ilustrar o que foi dito, usarei o exemplo dos Estados Unidos, que em 1.800 tinham uma população de 5.600.000 habitantes e, em 1900, de 75.500.000. Os historiadores americanos atribuem 60 a 65% deste crescimento ao crescimento natural. Isto representa uma multiplicação, originada essencialmente do crescimento natural com fronteira aberta. Mas, atualmente, a América Latina é talvez o único lugar do mundo com fronteiras abertas, no sentido que Frederic Jackson Turner dá ao têrmo. Daí a alternativa se colocar entre a favela e a frente pioneira. Pode-se imaginar que a frente pioneira seja mais rentável.

Na Inglaterra, que é um espaço fechado, limitado, a população sofreu, entre 1800 e 1900, uma multiplicação por quatro, originado um excedente de cinco milhões. E êstes não são fatos incomensuráveis.

Enjalbert mencionou um exemplo que se orienta mais ou menos no sentido oposto: o do México. Mas talvez a cidade do México seja, precisamente, o exemplo mais razoável no que se refere à urbanização, pois a capital conta com seis milhões de habitantes enquanto o país, no momento atual, deve ter uns 38 milhões. E por outro lado o México começou fazendo uma revolução agrária, à qual a única crítica viável é a de ter sido excessivamente tímida.

Nenhuma das pessoas que me conhecem poderá me acusar de pregar o Fidelismo ou o Castrismo sistemático. Mas, creio que, afinal de contas, os responsáveis pela revolução cubana tiveram uma visão, com relação à urbanização, tão econômica quanto a de Lambert.

Tuson (14)

Poderíamos analisar as consequências políticas de tudo o que foi dito aqui, conservando, no entanto, uma visão serena? Já foi dito que os países latino-americanos não têm escolha; que a população emigra para as cidades; que há falta de recursos; que existem tensões e lutas sociais, etc. Não é válido concluir-se daí que as cidades têm um papel extremamente importante no plano político? Já foi dito também que etapas não superadas e que talvez os países latino-americanos não possam seguir o mesmo caminho de evolução que aquêle seguido pelos países do Ocidente, há um século. Não seria interessante examinar até que ponto êstes países estão condenados a uma revolução, seja de que tipo fôr? Os exemplos do México e de Cuba são importantes. Êles não indicariam, já, qual será a evolução política de certos países da América Latina?

Denis Lambert

Responderei em poucas palavras e por partes. Inicialmente, gostaria de responder a Enjalbert e Hamon.

Percebo agora, claramente, que lhes apresentei uma balança extremamente desequilibrada; isto é, não enfatizei os aspectos positivos da industrialização que, evidentemente, não desconheço, tanto no seu aspecto social — as possibilidades de promoção social e de instrução oferecida pela cidade — quanto às possibilidades de emprêgo e moradia abertas pela construção civil. Mas explico meu ponto de vista: estou convencido de lutar contra um moinho de vento, pois a urbanização parece ser um processo irreversível. No entanto, não sou determinista e coloco em dúvida esta irreversibilidade absoluta. Acredito que a partir de certo momento um processo pode parar no limite do razoável.

Em consequência, as críticas que foram dirigidas, em certa forma dizem respeito a êste otimismo com relação a outras soluções fora da urbanização. O que acontece é que não aceito o pessimismo existente com referência ao setor tradicional. É ainda lutar contra um moinho de vento pretender que se possa chegar a uma forma de desenvolvimento pelo setor primário. O argumento utilizado por Morse, relativo ao mercado, é bastante forte, ou seja, de que a clientela da favela constitui um mercado econômicamente mais rentável. Êles compram, enquanto que os do setor tradicional não o fazem. Mas, apesar dêste fato, há outras experiências nos países subdesenvolvidos que são mais vulneráveis à crítica e que fracassaram. O que interessa é a existência de uma possibilidade de desenvolvimento pelo setor tradicional e pelo consumo de massa, criando nêle um mercado onde se pode vender produtos de baixo custo, a todo mundo, enquanto que um produto caro só pode ser vendido à população urbana.

Pode-se, portanto, através de uma política de investimento e lançamento de produtos de baixo custo, criar um mercado que também será rentável industrialmente. Estou convencido de que se pode estabelecer uma forma de economia Keynesiana, ou seja, criar uma demanda global no conjunto da nação, se encontrarmos uma solução no setor tradicional. Ainda uma vez direi que êste ponto de vista corresponde a lutar contra um moinho de vento e que podemos citar vários exemplos de fracassos tanto em experiências de coletivação, como em tentativas capitalistas, no setor primário.

Gostaria ainda de acrescentar alguma coisa ao que foi dito por Mlle. Chiozza, que apresentou algumas estatísticas relativas à Argentina e confirmam meus pontos de vista. A estas eu acrescentaria ainda dados sôbre o Chile, referentes à taxa de urbanização naquele país, entre 1920 e 1950. A taxa de urbanização do Chile passou de 28 para 40%, enquanto a de industrialização parou em 30%. E se citarmos o México chegaremos mesmo a uma diminuição da taxa de industrialização, de 22 para 17%.

Pelo que entendi da intervenção de Morse, aquêle que emigra para as cidades não tem outra escolha. E novamente o problema da irreversibilidade e de saber se êle prefere ou não emigrar. Como já era desempregado, terá uma oportunidade de obter emprêgo e certamente prefere esta hipótese. Pessoalmente, ainda não estou convencido de que esta seja a melhor solução pois creio que o custo econômico da favela pode ser mais alto do que o custo econômico do desemprêgo rural.

Consequentemente, é necessário reduzir a atração urbana, pela informação mostrando que os que vão para a cidade em período de desemprêgo se arriscam a continuar desempregados. É necessário também estabilizar a população rural em seu próprio meio, permitindo seu desenvolvimento no seu meio natural. E voltando ao argumento social, relativo à instrução, diria que se ela pudesse ser promovida no campo, abriria novas oportunidades à população rural.

Quanto a Milton Santos êle, como Hamon, opôs aos meus argumentos uma espécie de determinismo, que no seu caso seria a visão da revolução pelo pior, ou seja, quanto mais forte a industrialização, mais ficaria obrigado a realizar modificações. Consequentemente seria mais conveniente desenvolver a indústria e a partir de um determinado limite as reformas se imporiam.

Concordo plenamente com a intervenção de Mauro, principalmente no que se refere ao papel das capitais na elevação dos preços e na proporção entre a renda variável e a renda fixa, dado, aliás, muito mais útil.

Para terminar, gostaria de acrescentar alguma coisa sôbre o papel político das cidades, mencionando por Tuson. Em certa medida, êste aspecto reforçaria os argumentos de que a cidade conduz a uma ação revolucionária e, em conseqüência, devemos encará-la como uma etapa intermediária, na medida em que conduz necessàriamente à reforma. No entanto, não partilho inteiramente dêste otimismo, ou dêste pessimismo.

Notas:

1 — Elena Chiozza, professôra de geografia da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, República Argentina.
2 — Pierre Chaunu, professor da Faculdade de Letras de Caen.
3 — Pierre George, geógrafo, professor da Sorbonne.
4 — Henri Enjalbert, professor de Geografia.
5 — José Matos Mar, professor da Universidade Nacional de San Marcos em Lima, Peru.
6 — Em espanhol no original.
7 — Leo Hamon, professor da Faculdade de Direito de Dijon, França.
8 — Richard Morse, professor de História da Universidade de Yale, EUA.
9 — Pierre Guilhores do Instituto de Estudos Políticos de Paris.
10 — Milton Santos, professor da Universidade da Bahia.
11 — Frederic Mauro, professor de História da Faculdade de Letras, Toulouse, França.
12 — Guy Lasserre, professor da Faculdade de Letras, Bordeaux, França.
13 — Em português no original.
14 — Vicente Tuson.

A psique e a história

Sibyl Moholy-Nagy

A praga insidiosa da ignorância Histórica abandonou tristemente os campos tradicionais da profissão da arquitetura e atacou a mentalidade científica cujo amplo interêsse no ambiente humano é, sob todos os outros pontos de vista, tão admirável.

O professor Parr num artigo de março de 1966 na revista "Arts & Architeture", lamenta a monotonia das nossas ruas urbanas com as suas "formas sem adorno, infinitamente repetidas", às quais falta aquela "complexidade visual e copiosidade de detalhe" que nas cidades do passado se expressavam "na relação opulentamente variada dos gôstos individuais entre as pequenas edificações". Seu protesto, muito detalhado, é fundamentado em profusas referências a psicólogos sociais, esta nova espécie cuja contribuição acadêmica é a elaboração do óbvio. A descoberta dêsses psicólogos de que 47,9% dos delinqüentes juvenis "expressaram uma preferência pelas atividades aventurosas" não deve surpreender a ninguém a não ser a um psicólogo. O que porém, surpreende mesmo a um historiador, é a conclusão do professor Parr de que "pode muito possivelmente existir alguma ligação positivamente contributiva entre a arquitetura moderna e a delinqüência juvenil" e a sua expressão de espanto retórico ante a sua pergunta de "quantos dos nossos heróis pioneiros inquietos e empreendedores teriam sido delinqüentes juvenís se tivessem sido compelidos a viver nas nossas cidades de hoje"?

Estudos exaustivos vieram provar que não se pode estabelecer uma relação de causa e efeito entre a conduta social e o tipo de habitação, a despeito da crença dos criadores das cidades jardim e do movimento do Bauhaus de que o arquiteto tem o poder de determinar uma moralidade. As estatísticas mais recentes sôbre as tendências antisociais nos subúrbios deveriam bastar para acabar de uma vez com êste mito do século XIX. Por outro lado, seria preciso identificar de uma maneira menos esponjosa os nossos "heróis pioneiros, inquietos e empreendedores" antes de podermos assegurar que os jovens entre êles não eram delinquentes. "A anonimidade esmagadora, a solidão e a fealdade dos vastos apartamentos", os efeitos patológicos da superpopulação, "a anonimidade dos cubículos sem expressão" e a necessidade de intimidade em um "domínio nitidamente pessoal", não são nada piores hoje do que eram nas cidades da aurora da urbanização por volta de 4.000 A.C. ou talvez mesmo antes. Poder-se-ia compor uma seqüência da habitação urbana através dos milênios que faria parecer positivamente idílica a sua evolução última na forma de habitações de baixo custo defrontando campos de esporte ou East River em New Youk ou a paisagem do lago Michigan ou os paenes da baia de São Francisco vistos de um balcão num décimo quinto andar.

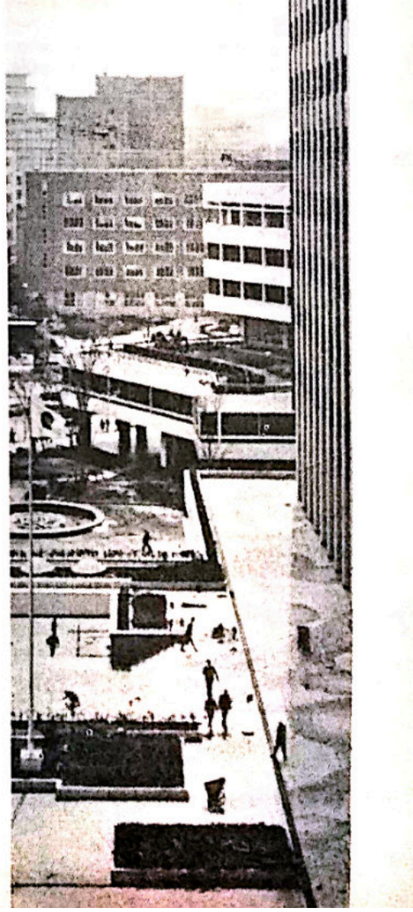
O simples fato histórico é que as acomodações residenciais e de pequeno comércio, em todos os lugares e em todos os tempos, têm sido projetados uniformemente sem diversidade nenhuma e sem nenhuma ornamentação diversiva, o quarteirão urbano sendo tratado como se fôsse um único edifício. Citamos como uma prova disso os quarteirões de Ur e de El Amarna, os quarteirões urbanos murados de Mileto e do Piréu, as casas de cômodos e infidamente repetidas tabernas de Roma, as ruas medievais, monótonas, úmidas e cinzentas de Nápoles e Durham habitadas até hoje, a renovação urbana renascentista de rua após rua anônima em Florença, Roma ou Paris, as filas serradas de pórticos barrocos na Alemanha meridional onde êste elemento em madeira sobrevive e a simplicidade e uniformidade tão alegadamente elegante da, digamos, Gower Street de Londres (georgiana) ou da ChestNut Street em Filadélfia (colonial espanhol); é tudo a mesma coisa. A pátina romântica do tempo não deve confundir a mente científica.

Os "velhos tempos quando em cada quarteirão havia uma dúzia de fachadas diferentes e uma rua não indicava o que podia ser a rua seguinte", eram o resultado da especulação imobiliária de fins do século XIX e princípio do século XX e da autoconsciência da classe média e constitui, històricamente, um fenômeno único. Tal como todos os padrões históricos persistentes, a unificação explícita de um projeto ambiental anônimo deve ter correspondido à uma bem profunda necessidade humana. A minha idéia pessoal é que o desejo de "acalmar nossos temores e fazer com que nos sintamos seguros no nosso ambiente", desejo êsse que o professor Parr vê como sendo traído pela monotonia da arquitetura moderna, tem insistido desde tempos imemorais em uma expressão simbólica daquilo que a vida urbana tem significado para a maioria dos homens. O homem se tornou um habitante da cidade porque preferiu a comunidade ao isolamento rural; a assistência mútua à defesa individual; a especialização de habilidade e os serviços mútuos às tarefas gerais do campônio e a companhia mais próxima possível dos outros homens à proximidade de natureza. O isolamento mórbido de um citadino é um mal-estar nitidamente intelectual, desconhecido da maioria. A não ser que admitamos que o homem está positivamente resolvido a uma auto-destruição masoquista, a ansiedade com que é ocupada cada nova tôrre de apartamentos — seja de nível econômico, médio ou caro — refuta a história patética do "sentimento de frustação e insegurança do troglodita". Não há um entre a turma de "carpideiras sociológicas" que apresente razões válidas e cientificamente tabuladas para a preferência por Marina City sôbre um vilarejo em Illinois ou pelo fato da mais ordinária "aldeia vertical" ter uma longa lista de pretendentes.

Contudo "em todo êste marasmo de ignorância e de presunção, há um fenômeno sôbre o qual todos estão unânimemente de acôrdo" e êste é o profundo descontentamento com o aspecto das cidades em que vivemos. Esta alienação do ambiente físico nada tem que ver com o anonimato dos edifícios. Nasce, conscientemente ou subconscientemente da falta de contraste entre a esfera particular entre a construção puramente de abrigo e aquela que é projetada de um modo memorável sob a forma de edifícios públicos supra-individuais que simbolizam a cidade como um ideal comum de poderio e riqueza. O professor Parr assegura que não se ocupa aqui das qualidades e do impacto de uma ou outra obra-prima saliente da arquitetura moderna, mas sim da composição total cambiante da paisagem urbana". Possivelmente o professor Parr não esteja sendo muito claro, mas o que importa exclusivamente do ponto de vista da gênese urbana, é exatamente o impacto da obra-prima individualmente projetada sobre o ambiente feito pelo homem. Sempre existiu a relação mais sutil, satisfatória e mais duradoura entre as "formas sem adôrno infinitamente repetidas" das pequenas ruas domésticas e comerciais e os estímulos visuais altamente simbólicos, entusiasmadores e memoráveis dos edifícios públicos exoressando ideais comuns de poderio, esperança e sucesso. Uma vez que evidentemente não foram todos os habitantes urbanos dos últimos 5.000 ou 6.000 anos que se passaram para o crime vendo frustrados seus anelos de aventura, a despeito da tipificação absoluta dos seus "cubículos sem expressão", é óbvio que um apoio sensível, uma terceira dimensão nemônica, que identifica o último dos mendigos com a sua cidade, deve ter emanado dos edifícios e lugares públicos. Êste sentimento de localização pela participação em um projeto ímpar ainda se encontra hoje no Rockfeller Center em uma tarde de sol, na Lagoa do Lincoln Park em Chicago, no pátio do Centro Cívico de S. Francisco, num domingo de tarde nos terraços do Museu de Arte de Los Angeles. Estão se tornando porém mais raras essas contribuições arquitetônicas que rivalizam com o templo e o palácio, o Bouleuterion e a Palestra; a catedral, o palácio sindical, a prefeitura, o teatro, a biblioteca, o museu, o tribunal e o parlamento. "A uniformidade de pensamento cria uma uniformidade de forma" disse Albertus Magnus muito provàvelmente disfarçando um bocejo discreto de suas sagradas feições ao inspecionar sua milésima catedral gótica. A competição pela grandiosidade urbana entre o Sr. Chase Manhattan e o Sr. Seagram ou entre o Pôrto de New York e a Pan-American não é nada de muito inspirador e a redução dos espaços públicos a uma espécie de vida "dentro do útero da arquitetura urbana" oferece o risco de aniquilar o segundo grande estímulo ao ambiente não natural.

A falha das nossas cidades não é uma falha de projeto de abrigo; é uma falha na sua auto-identificação através da arte de construir. Em outras palavras, é o fracasso da sociedade em comemorar o sucesso e a originalidade do seu talento urbano. A arquitetura não é, **não é**, "a expressão de técnicas estruturais". Ela é a criação de uma imagem feita pelo homem das aspirações e dos ideais coletivos que justificarão a ruptura precária dos elos do homem com a natureza. Inúmeras gerações de citadinos viveram e criaram civilizações porque se sentiram estimulados e confirmados por grandes e singulares edifícios cujo impacto teria sido sem efeito sem apoio da multidão admiradora de estruturas anônimas aos seus pés. Basta olhar o vandalismo horrendo que eliminou "tôdas as estruturas anônimas na área histórica" de Filadélfia deixando apenas algumas grandes estruturas desnudadas e desapoiadas, para compreender a profunda importância daquelas "formas sem adôrno infinitamente repetidas" sôbre as quais todos os construtores urbanos através da história têm estado de acôrdo.

A mais séria ameaça à sanidade urbana não é a secretária que deixa de tomar por uma avenida porque as lanchonetes e as casas de modas estão tôdas em outras, nem mesmo o fracasso arquitetônico da maioria dos edifícios públicos. A destruição moral da sociedade urbana virá com os infra ou mega edifícios dos quais um exemplo premiado aparece no mesmo número da Arts & Architeture que publicou o artigo do professor Parr. O projeto de Sunset Mountain Park propõe 7.200 habitações em uma só estrutura tentacular que "incluirá lojas, supermercados, escolas, escritórios profissionais, um hotel, um centro médico, delegacia policial e um helipôrto", o berço à sepultura a vida será "moldada" como brinquedo plástico em um módulo uniforme, servindo igualmente às funções mais públicas e mais privadas. Um **ghetto** de uniformidade social, econômica e cultural produzirá uma idiotice perceptiva e intelectual cujas maiores vítimas serão as mulheres e as crianças retidas em casa. A única "aventura" que terão será a descoberta palpitante de que o bloco seguinte e o seguinte e o seguinte são exatamente iguais ao seu. A destruição total da ecologia natural avisada por Joyce Earley Lyndon perderá tôda a importância comparada com o aniquilamento ecológico do homem como uma criatura móvel, gregária, curiosa e expansiva. E é aqui que os argumentos do professor Parr começam a fazer sentido. Os complexos habitacionais de hoje aparecerão aos enlouquecidos habitantes das frutas mega-estruturas como as últimas das antigas Stoas.



40 **Modificação da Lei do BNH**

Lei 5 455/68 modificando a lei 4.380/64 que criou o Banco Nacional de Habitação, a Sociedade de Crédito Imobiliário, as letras imobiliárias, o sistema de aquisição de casa própria e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Art. 1.º — Fica suprimido o parágrafo 2º do Art. 21 da Lei número 4.380, de 21 de agôsto de 1964, passando o atual parágrafo 3º a parágrafo 2.º. Art. 2.º — O parágrafo 2.º do Art. 65 da mesma lei passa a vigorar com a seguinte redação: "Parágrafo 2.º — os recursos provenientes da alienação de que trata o parágrafo anterior serão aplicados na aquisição ou construção de imóveis destinados à instalação de órgão do Instituto". Art. 3.º — É acrescentado ao mesmo Artigo 65 o seguinte parágrafo, passando seus atuais parágrafos 3, 4, 5, 6, 7, e 8 a 4, 5, 6, 7, 8, e 9, respectivamente: "Parágrafo 3.º — Não sendo oportuna a aplicação prevista no parágrafo anterior, os recursos serão aplicados em letras imobiliárias, cuja liquidação se fará em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais consecutivas, para a aquisição ou construção de edifícios-sede". Art. 4.º — Acrescenta-se ao Artigo 7.º da Lei número 4.380, de 21 de agôsto de 1964, o seguinte parágrafo: "Parágrafo 5.º — Não se aplicam as restrições dêste Artigo aos imóveis ocupados há mais de 2 (dois) anos pelo locatário que pretender adquiri-lo mediante financiamento de qualquer dos agentes financeiros do sistema financeiro da habitação, desde que os recursos obtidos pelo locador sejam utilizados na construção de novas habitações conforme normas regulamentares a serem baixadas pelo Banco Nacional de Habitação, ou que permaneçam depositados no Sistema Financeiro de Habitação, pelo prazo mínimo de cinco anos. Art. 5.º — A venda das unidades habitacionais cujos ocupantes hajam optado pela sua compra no prazo de 90 (noventa) dias da Lei número 5.049, de 29 de junho de 1968, desde que tenham as mesmas sofrido reavaliação no preço de custo da construção, está sujeita às seguintes condições: — prazo a critério do adquirente, de até 30 (trinta) anos; II — juros anuais variáveis de acôrdo com o salário bruto do adquirente na seguinte forma: a) até um salário mínimo, inclusive 1% (um por cento); b) mais de um até dois salários mínimos, inclusive 2% (dois por cento); c) mais de dois até quatro salários mínimos, inclusive 3% (três por cento); d) mais de quatro até oito salários mínimos, inclusive 4% (quatro por cento); e) mais de oito salários mínimos 5% (cinco por cento). III — as taxas de juros estabelecidas no ítem II dêste artigo, quando iguais ou superiores a 2% (dois por cento), serão reduzidas de 1% (um por cento) se no ato da compra o adquirente tiver sob sua responsabilidade econômica cinco ou mais dependentes; IV — Aplicação da RC 25/67 do BNH, sendo facultado ao adquirente, quanto ao reajustamento da prestação, a opção pelo Plano A, pelo qual a prestação se eleva na mesma proporção e 60 (sessenta) dias após o aumento do salário mínimo ou do vencimento dos servidores. Art. 6.º — Os rendimentos sôbre depósitos feitos em entidades integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, a que se refere o Artigo 8.º da Lei número 4.380, de 21 de agôsto de 1964, por associados ou não daquelas entidades, desde que o depósito individual não ultrapasse o valor de 400 (quatrocentas) unidades padrão de capital do Banco Nacional de Habitação, ficam isentos do impôsto de renda. Parágrafo único — o disposto neste artigo sòmente tem aplicação aos depósitos com correção monetária, efetuados nas entidades mencionadas para utilização dentro das finalidades previstas pela Lei número 4.380, de 21 de agôsto de 1964. Art. 7.º — Fica prorrogada até o exercício de 1970 a isenção de que trata o **caput** do Artigo 28 da Lei número 4.862, de 29 de novembro de 1965. Parágrafo único — O disposto neste artigo se aplicará também às cédulas hipotecárias. Art. 8.º — Os limites do valor das habitações, fixados em salário-mínimo pela Lei número 4.380, de 21 de agôsto de 1964, e legislação complementar poderão ser determinados em "unidades-padrão de capital" do Banco Nacional de Habitação, que regulamentará a matéria. Art. 9.º — Os interessados na aquisição da casa própria, nos têrmos da Lei número 4.380, de 21 de agôsto de 1964, e da legislação a ela posterior, serão obrigados a apresentar apenas certidões dos Cartórios de Protesto, do distribuidor e das Varas Criminais, os quais poderão ser dispensados por parte da entidade financiadora. Parágrafo 1.º — As entidades integrantes do Sistema Financeiro de Habitação, se entenderem ser necessários outros documentos do interessado que não os constantes neste artigo, cabe o ônus da obtenção do que exigirem. Parágrafo 2.º — Nenhuma outra certidão será exigida aos interessados além das referidas neste artigo. Art. 10.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 11.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Licenciamento de obras

GB — Ordem de Serviço "N" nº 12 de 20 de setembro de 1967.

De acôrdo com a Resolução n.º 11, de 20-10-61, do CREA, poderão ser licenciadas sem a apresentação de "profissional responsável pela execução das obras", as construções a serem edificadas em qualquer lote, desde que obedeçam às seguintes condições: a) sejam requeridas e executadas pelo futuro morador; b) apresentem um só pavimento; c) não apresentem área superior a 80 m².

2 — Os projetos deverão ser assinados por autor do projeto devidamente habilitado.

3 — Os projetos tipos aprovados por êste Departamento estão dispensados da apresentação do "Autor do Projeto".

4 — As construções de que tratam os itens 1, 2 e 3 quando edificadas em lotes que não sejam proletários, de vila ou populares, estarão sujeitos ao pagamento do respectivo impôsto de licença.

5 — As guias de impôsto nos casos de que trata o item 4 desta Ordem de Serviço deverão conter nota de que a licença foi concedida de acôrdo com a Resolução n.º 11 do CREA.

(D. O. GB — (Parte I), de 29-11-67, pág 17.497).

escolhidas na produção nacional
pelas características de
Utilidades para a casa
forma e função — bom desenho

Equipamentos de interior, utensílios e mobiliário em madeira, aço inoxidável, porcelana, cristal, cerâmica, tecido, couro e plástico



Loja do Bom Desenho
Visconde de Pirajá, 210-A
Rio de Janeiro

a cadeira *dinamarquesa*

agora produzida no Brasil, é elaborada com material nobre e flexível (jacarandá da Bahia, perobinha, imbuia e estofada).

Empilhável e conectável.



131 imbuia
pé revestido de pvc preto
prancheta desmontável
empilhável

wollner



Existe uma para cada uso.

revendedores autorizados em todo o país

produzida pela probjeto

rua tucuna 615 fone 62 83 20 S.Paulo